



BMGB B3 LISTED N1

Demonstrações financeiras intermediárias
consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2025
e relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras

Índice

Relatório da administração	1
Parecer do conselho fiscal	5
Balanço patrimonial consolidado	6
Demonstração consolidada do resultado	8
Demonstração consolidada do resultado abrangente	9
Demonstração consolidada das mutações no patrimônio líquido	10
Demonstração consolidadas dos fluxos de caixa	11
1. Informações gerais	12
2. Resumo das práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas	12
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	25
4. Gestão de risco financeiro	26
5. Disponibilidades	39
6. Ativos financeiros	40
7. Instrumentos financeiros derivativos	41
8. Ativos financeiros ao custo amortizado – operações de crédito e devedores diversos	43
9. Imobilizado	47
10. Intangível	47
11. Outros ativos	48
12. Passivos financeiros	48
13. Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	49
14. Obrigações por empréstimos e repasses	49
15. Depósito de clientes	50
16. Obrigações por títulos e valores mobiliários, letras financeiras e Compromissadas	50
17. Letras financeiras subordinadas	51
18. Outros passivos financeiros	51
19. Provisões	51
20. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) correntes e diferidos	53
21. Outros passivos	55
22. Capital social e reservas	55
23. Lucro por ação	57
24. Resultado	58
25. Receitas de prestação de serviços	60
26. Dividendos e juros sobre capital próprio	60
27. Transações com partes relacionadas	61
28. Outras informações	63
ANEXO I - Demonstração Consolidada do Valor Adicionado	64
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras intermediárias	
Declaração do diretor presidente e do diretor de relações com investidores	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas (“Banco”), em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), apresenta as Demonstrações Financeiras em IFRS do período findo em 30 de setembro de 2025, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg

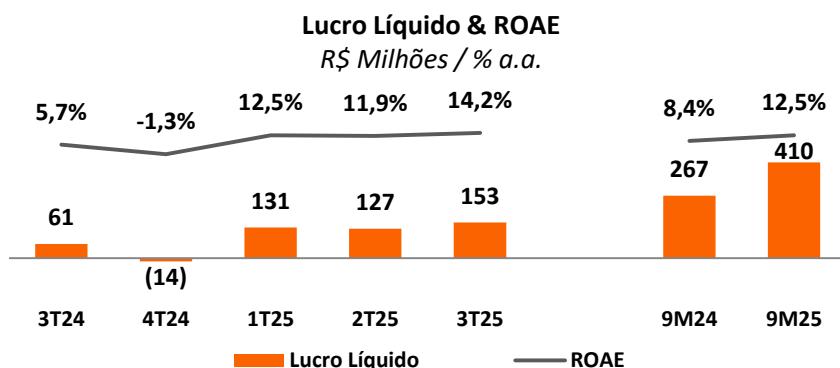
O maior compromisso do Banco Bmg ao longo de seus quase 100 anos de história sempre foi com as pessoas e suas necessidades. Por isso, trabalhamos para manter nosso banco atual, tecnológico, ágil e sobretudo, humano. Atendendo a milhões de clientes por todo o Brasil, o Bmg dispõe de um portfólio de soluções financeiras que abrange diversos públicos. Atuamos desde o mercado consignado, sendo nosso principal foco os clientes consignáveis acima dos 50 anos das classes C e D, passando seguros, assistências, crédito pessoal e investidores que desejam aplicar seus recursos com segurança.

Acreditamos que para sermos presentes na vida dos nossos clientes precisamos estar prontos para ajudar sempre que ele precisar, independente do canal ou forma de relacionamento: como, quando e onde ele desejar. Por isso, atuamos de forma complementar em canais físicos e digitais unindo a tecnologia do mundo digital com a sensibilidade humana do mundo físico.

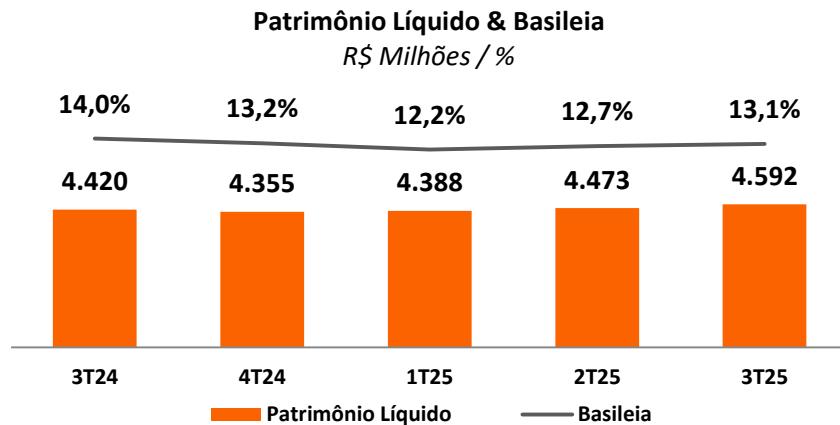
Em nossas principais verticais de atuação temos: Varejo, Atacado e Seguros. Estamos evoluindo para um Banco melhor, mais forte e mais rentável com o objetivo de crescer e gerar resultados sustentáveis que trazem valor para os nossos acionistas, clientes, colaboradores e sociedade em geral.

Desempenho Financeiro

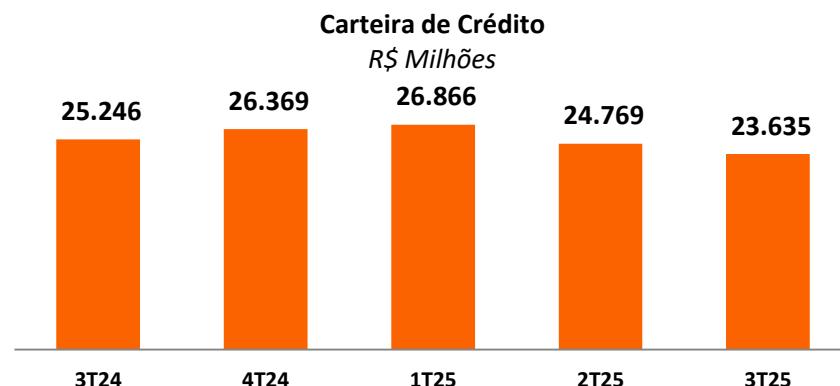
O Lucro Líquido atribuível a controladora no período findo em 30 de setembro de 2025 foi de R\$ 410 milhões, aumento de 53,6% em relação ao mesmo período de 2024. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 12,5% ao ano no período findo em 30 de setembro de 2025.



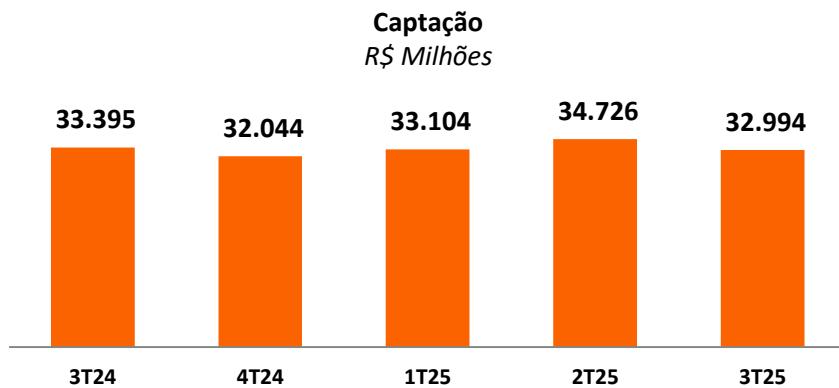
O Patrimônio Líquido atribuível a controladora em 30 de setembro de 2025 atingiu o valor de R\$ 4.592 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 13,1%. No período findo em 30 de setembro de 2025, o Banco provisionou R\$ 189,1 milhões de Juros sobre o Capital Próprio. Em 11 de setembro de 2025 o Conselho de Administração homologou o aumento de capital no valor de R\$49,5 milhões. A operação foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 31 de outubro de 2025.



A carteira total consolidada de operações de crédito encerrou 30 de setembro de 2025 com saldo de R\$ 23.635 milhões, redução de 6,4% em comparação ao mesmo período de 2024. No trimestre, a redução da carteira ocorreu, em especial, por conta da redução da carteira de consignado nos Estados Unidos (ativo não estratégico) e da cessão sem retenção de riscos e benefícios da carteira de empréstimo consignado e antecipação do saque-aniversário do FGTS. O Banco vem trabalhando na mudança de mix dos ativos aumentando exposição aos consignados e crédito pessoal e reduzindo carteiras menos rentáveis. Em julho de 2025, o Banco começou a operar de forma conservadora no empréstimo consignado privado.



A captação total consolidada encerrou 30 de setembro de 2025 com saldo de R\$ 32.994 milhões, representando uma redução de 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A principal fonte de captação, os depósitos, representa 70,0% do *funding*. Ainda, o Banco tem como estratégia ser um emissor recorrente no mercado de capitais, com o objetivo de aproximar dos investidores institucionais, fomentar a liquidez do Bmg e criar referência de curva de juros no mercado institucional.



Em 30 de setembro de 2025, os investimentos do Banco em controladas totalizaram R\$ 206 milhões, sendo a principal variação o saldo de investimento na AF Controle S.A. e variação de outros investimentos.

Princípios ASG

No Banco Bmg, a sustentabilidade dos nossos negócios está ligada à agenda ASG: nossa responsabilidade com o meio Ambiente, a geração de impacto Social positivo e uma Governança ética e transparente. É assim que fortalecemos nossos resultados e geramos valor para nossos clientes, acionistas, colaboradores e para sociedade em geral. Isso também reflete a nossa essência: entregar soluções financeiras para as pessoas viverem bem na maturidade, com foco no público 50+.

Também somos uma das empresas mantenedoras do Instituto Marina e Flávio Guimarães (IMFG), que centraliza as ações sociais do Grupo Bmg. Fundado para impulsionar transformações sociais, o IMFG promove o desenvolvimento humano e o fortalecimento das comunidades onde atua.

O Bmg é signatário de movimentos importantes como Pacto Global da ONU, Pacto de Promoção pela Equidade Racial, Rede Empresarial de Inclusão Social, Movimento Mulher 360, Women on Board (WOB), Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, OUTstand Brasil e Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção (Empresa Límpa) do Instituto Ethos.

Além disso, em abr/25 conquistou o selo Age Friendly, uma certificação internacional concedida a empresas que demonstram compromisso com a inclusão e valorização de profissionais com 50 anos ou mais.

Como parte dos pilares estratégicos da área de ASG, lançamos o programa “Você no Controle”, voltado para colaboradores e clientes, com foco em letramento e educação financeira. A iniciativa inclui benefícios exclusivos e acesso gratuito à plataforma Meu Bolso em Dia, que oferece diagnóstico financeiro e trilhas personalizadas de aprendizado.

Saiba mais sobre nossas iniciativas ASG no nosso Relatório Anual de Sustentabilidade e no site: <https://www.bancobmg.com.br/compromisso-ASG/>.

Governança Corporativa

O Banco possui uma estrutura robusta de governança corporativa. Além das obrigações estabelecidas no Nível 1 de governança corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco adotou por boas práticas algumas das obrigações estabelecidas no Novo Mercado: (i) o direito de *tag along* de 100%, garantindo a todos os acionistas o mesmo preço e condições oferecidas ao acionista controlador em caso de venda de controle; (ii) divulgação simultânea em português e inglês de resultados e fatos relevantes; e (iii) Conselho de Administração composto por 2 ou 20% (o que for maior) de Conselheiros Independentes, sendo que atualmente 44% é composto por membros independentes, incluindo a presidente. Ainda, o Banco conta com: (i) Comitê de Auditoria composto por um membro independente, (ii) com outros 5 comitês subordinados diretamente ao Conselho de Administração, todos com a presença de membros independentes; e (iii) Conselho Fiscal permanente aprovado em Assembleia. O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais

susas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. No período findo em 30 de setembro de 2025, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Gestão de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Agradecimentos

Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e, parceiros/ correspondentes.

A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 13 de novembro de 2025.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício de suas atribuições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal do Banco Bmg S.A., após exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras intermediárias consolidadas referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standard Board” (“IASB”), concluíram que todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., refletem a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pelo Banco no período.

São Paulo, 13 de novembro de 2025.

Roberto Faldini
Conselheiro Coordenador

Fernando Antônio Fraga Ferreira
Conselheiro

Luciano Luiz Barsi
Conselheiro



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Bmg S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Bmg S.A. ("Banco") e suas controladas em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bmg S.A. e suas controladas, em 30 de setembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º,

São Paulo, SP, Brasil, 04538-132

T: +55 (11) 4004-8000



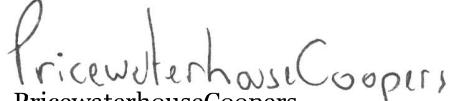
Banco Bmg S.A.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de novembro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocSigned by
Fabio Oliveira Araujo
Signed By: FABIO DE OLIVEIRA ARAUJO:2718214866
CPF: 3726214866
Signed Time: 13 de novembro de 2025 | 13:32 BRT
C: ECF-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: RFB
Issuer: AC SERASA RFB v5
Signature ID: 2718214866

Fabio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

Ativo	Nota	2025	2024
Disponibilidades	5	438.583	155.772
Ativos Financeiros		40.191.210	41.095.187
Ao Custo Amortizado		29.472.038	34.285.835
Depósitos compulsórios no Banco Central	6	1.301.574	1.355.174
Aplicações no mercado aberto	5	-	1.549.131
Aplicação em depósitos interfinanceiros	6	20.775	200.046
Títulos e Valores Mobiliários	6	5.410.787	6.415.522
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	6	1.383	7.041
Operações de crédito	6/8	23.634.727	26.368.902
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)	6/8	(1.848.774)	(2.415.819)
Devedores diversos	6/8	951.566	805.838
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		6.742.304	5.724.801
Títulos e Valores Mobiliários	6	6.742.304	5.724.801
Ao Valor Justo por meio do Resultado		3.976.868	1.084.551
Instrumentos financeiros derivativos	6/7	73.576	302.282
Títulos e Valores Mobiliários	6	3.903.292	782.269
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	4.10	205.934	156.969
Imobilizado	9	63.004	63.367
Intangível	10	1.728.143	1.636.603
Ativos Fiscais		4.477.560	4.131.983
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		199.156	96.231
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	20	3.886.931	3.617.023
Outros impostos e contribuições a recuperar	20	391.473	418.729
Depósitos judiciais	19	595.041	555.418
Investimentos mantidos para venda	4.10	-	94.000
Ativos não correntes destinados à venda		6.994	11.923
Outros ativos	11	548.968	536.569
Total do ativo		48.255.437	48.437.791

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Passivos financeiros			
Ao custo amortizado			
Depósitos de clientes	15	23.462.030	25.009.524
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	13	14.778	23.851
Obrigações por empréstimos e repasses	14	2.164.336	1.931.958
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	16	8.096.860	5.855.399
Dívidas subordinadas	17	1.148.602	1.072.393
Operações compromissadas	12	5.189.996	6.931.150
Outros passivos financeiros	18	1.076.606	1.005.054
Ao Valor Justo por meio do Resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	12/7	129.698	203.278
Provisões	19	1.112.112	1.023.670
Obrigações Fiscais			
Imposto de renda e contribuição social a recolher		286.488	347.394
Outros impostos e contribuições a recolher		185.793	243.774
Outros passivos	21	975.107	627.527
Total do passivo		43.656.613	44.031.198
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas a controladora		4.592.164	4.354.800
Capital social	22(a)	3.792.105	3.742.572
Reservas de capital		13.687	14.070
Outros resultados abrangentes acumulados	22(b)	301.366	338.624
Reservas de lucros	22(c)	919.947	723.129
Prejuízos acumulados		(430.852)	(452.494)
Ações em tesouraria		(4.089)	(11.101)
Participação dos não controladores		6.660	51.793
Total do patrimônio líquido		4.598.824	4.406.593
Total do passivo e patrimônio líquido		48.255.437	48.437.791

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

BANCO BMG

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	3º trimestre 2025	Acumulado 2025	3º trimestre 2024	Acumulado 2024
Receita de juros e rendimentos similares	24(a)	2.028.140	6.628.860	1.967.307	6.201.683
Despesa de juros e rendimentos similares	24(a)	(1.425.254)	(4.715.936)	(1.302.986)	(3.202.714)
Receita líquida de juros		602.886	1.912.924	664.321	2.998.969
Receita de prestação de serviços	25	38.638	108.663	45.077	129.696
Resultado de participação em coligadas		21.250	65.925	17.248	54.086
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	24(b)	74.942	568.410	170.799	(357.991)
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	8 (e)	(257.378)	(1.141.132)	(495.710)	(1.273.266)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8	25.619	169.180	52.066	127.608
Despesas gerais e administrativas	24(c)	(460.286)	(1.316.475)	(439.029)	(1.271.272)
Despesas tributárias	24(d)	(63.111)	(179.593)	(48.002)	(153.358)
Outras receitas (despesas) operacionais	24(e)	135.677	166.288	(26.972)	(75.617)
Outras resultados não operacionais	28(e)	1.827	28.507	67.266	69.954
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		120.064	382.697	7.064	248.809
Imposto de renda e contribuição social corrente	20(b)	(258.389)	(243.647)	(39.905)	(168.011)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20(b)	285.353	278.347	101.915	206.385
Lucro líquido do período		147.028	417.397	69.074	287.183
Atribuível a:					
Controladora do banco		152.799	410.031	60.804	266.914
Participação de não-controladores		(5.772)	7.365	8.270	20.269
Lucro básico e diluído por ação (Em R\$)	23	0,2172	0,7042	0,1044	0,4579

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

	Nota	3º trimestre 2025	Acumulado 2025	3º trimestre 2024	Acumulado 2024
Lucro líquido do período		147.028	417.397	69.074	287.183
Outros componentes do resultado abrangente					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Variação no valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM		18.468	83.790	29.324	118.687
Imposto e contribuições diferidos sobre outros resultados abrangentes - TVM		(11.067)	(39.752)	(13.636)	(55.597)
Hedge de fluxo de caixa		(12.150)	(84.709)	33.329	154.937
Imposto e contribuições diferidos sobre hedge de fluxo de caixa		5.664	40.171	(15.839)	(73.673)
Goowill de aquisição da BMG Seguradora	4.10	(17.848)	(17.848)		
Efeito da alienação da BMG Seguros	28(e)		(26.448)		
Outros resultados abrangentes		(3)	7.538		(1.577)
Variação em outros resultados abrangentes do período	22(b)	(16.936)	(37.258)	33.178	142.777
Total do resultado abrangente do período		130.092	380.139	102.252	429.960
Atribuível a:					
Controladora do banco		135.864	372.774	93.982	409.691
Participação dos não controladores		(5.772)	7.365	8.270	20.269

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

BANCO BMG
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	Participação não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.742.572	25.242	488.317	172.629	(353)	(285.397)	4.143.010	37.249	4.180.259
Lucro líquido do período						266.914	266.914	20.269	287.183
Outros resultados abrangentes				142.777			142.777		142.777
Total resultado abrangente do período				142.777		266.914	409.691	20.269	429.960
Movimentação da participação dos não controladores								(11.802)	(11.802)
Ganho de capital			(192)					(192)	(192)
Ações em Tesouraria			(32)		(811)			(843)	(843)
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em		(14.673)					(14.673)		(14.673)
Utilização de reservas			30.382				30.382		30.382
Destinação do lucro líquido do período									
Constituição de reservas			320.530			(320.530)			
Juros sobre capital próprio (nota 22(d))			(147.000)				(147.000)		(147.000)
Total das transações com acionistas	(14.673)	203.688			(811)	(320.530)	(132.326)	(11.802)	(144.128)
Saldos em 30 de setembro de 2024	3.742.572	10.569	692.005	315.406	(1.164)	(339.013)	4.420.375	45.716	4.466.091
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.742.572	14.070	723.129	338.624	(11.101)	(452.494)	4.420.375	51.793	4.466.091
Lucro líquido do período						410.031	410.031	7.365	417.396
Outros resultados abrangentes			(37.258)				(37.258)		(37.258)
Total resultado abrangente do período			(37.258)			410.031	372.773	7.365	380.138
Aumento de capital	49.533						49.533		49.533
Movimentação da participação dos não controladores								(52.498)	(52.498)
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em		(383)	(2.490)			7.012		4.139	4.139
Destinação do lucro líquido do período									
Constituição de reservas			388.389			(388.389)			
Juros sobre capital próprio (nota 22(d))			(189.081)				(189.081)		(189.081)
Total das transações com acionistas	49.533	(383)	196.818		7.012	(388.389)	(135.409)	(52.498)	(187.907)
Saldos em 30 de setembro de 2025	3.792.105	13.687	919.947	301.366	(4.089)	(430.852)	4.592.164	6.660	4.598.824

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

BANCO BMG
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período atribuível aos controladores	410.031	266.914
Ajuste ao lucro líquido atribuível aos controladores		
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	383	14.673
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	1.141.132	1.273.266
Resultado de participações em coligadas e controladas	(65.925)	(54.086)
Depreciações	25.859	22.225
Amortizações	100.842	115.056
Efeitos das mudanças das taxas de Câmbio em ativos e passivos	(75.940)	408.931
Provisões para contingências	88.437	104.108
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(278.347)	(206.385)
Lucro Líquido Ajustado	1.346.472	1.944.702
Variação de ativos e passivos	(2.325.344)	(2.157.420)
(Aumento) / redução em ativos		
Depósitos compulsórios no Banco Central	53.600	29.545
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	(3.121.023)	685.123
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.062.302)	(2.598.197)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2.239.876	(2.065.202)
Impostos e contribuições a recuperar	(75.669)	47.582
Redução em impostos e contribuições diferidos	8.439	144.380
Ativos não correntes destinados à venda	(109.934)	(1.946)
Outros ativos	3.075	516.346
Depósitos judiciais	(39.623)	(66.895)
Aumento / (redução) em passivos		
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	155.125	(99.555)
Passivos financeiros ao custo amortizado	(976.125)	1.860.713
Imposto de renda e contribuição social corrente	145.500	40.623
Outros passivos / provisões	453.717	(649.937)
Caixa gerado aplicado nas operações	(978.872)	(212.718)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(206.406)	(125.767)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.185.278)	(338.485)
Fluxos de caixa das Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado de uso	(13.215)	(19.549)
Alienação de imobilizado de uso	1.740	887
Compra de participação acionária	(65.000)	
Aquisição de intangível	(192.382)	(132.367)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(268.857)	(151.029)
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento		
Juros sobre capital próprio pagos	(116.585)	(249.687)
Aumento de capital	49.532	
Emissão de Letras Financeiras	300.000	
Aumento (Redução) em participação de acionistas não controladores	(45.133)	8.467
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	187.814	(241.220)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.266.321)	(730.734)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (nota 5)	1.704.904	874.654
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (nota 5)	438.583	143.920
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.266.321)	(730.734)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

1. Informações gerais

O Banco Bmg S.A. (“Banco” ou “Instituição”) e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo” ou “Consolidado”) está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Grupo é formado pelas controladas:

BMG Leasing S.A., BMG Bank Cayman Ltd., Banco Soluções Financeiras S.A., Banco BMG Consignado S.A., BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. e sua controlada ME Promotora de Vendas Ltda., BMG Soluções Eletrônicas Ltda., Help Franchising Participações Ltda., BMG Participações em Negócios Ltda., BMG Seguridade, BMG Participações em Seguradoras LTDA., BMG Seguradora S.A., Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados, Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II, Bmg Middle Market Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios, Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes, Retail Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia e Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. Informações detalhadas sobre as controladas encontram-se descritas na nota de consolidação.

Conforme AGE realizada em 03 de junho de 2024, aprovado pelo Banco Central do Brasil, comunicamos alteração na denominação social da Companhia BCV – Banco de Crédito e Varejos S.A. para Banco BMG Consignado S.A..

Conforme AGE realizada em 07 de fevereiro de 2025, aprovado pelo Banco Central do Brasil, comunicamos alteração na denominação social da Banco Cifra S.A. para Banco BMG Soluções Financeiras S.A..

O Banco Bmg S.A. (“Banco” ou “Instituição”), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela Família Pentagna Guimarães, está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil.

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em IFRS foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco em 13/11/2025.

2. Resumo das práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

Estas Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Bmg S.A. e suas controladas foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que requer a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards, incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Banco observa ainda,

para divulgações em períodos intermediários, a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Para fins de divulgação dessas Demonstrações financeiras intermediárias, o Grupo observa o disposto na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentando o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo, como requerido pelo IFRS 9, em função do modelo de negócio.

A preparação de Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos.

As empresas consolidadas e as suas participações estão demonstradas a seguir:

Controladas	País de constituição	Atividade	Participação em %	
			2025	2024
BMG Leasing S.A.	Brasil	Arrendamento Mercantil	99,99	99,99
BMG Bank Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100	100
Banco BMG Consignado S.A.	Brasil	Banco	100	100
Banco BMG Soluções Financeiras S.A.	Brasil	Banco	100	100
BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	Distribuidora de valores mobiliários	100	100
ME Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	80	80
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	Brasil	Comércio eletrônico	99,38	99,38
Help Franchising Participações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,98	99,98
BMG Participações em Negócios Ltda.	Brasil	Holding	99,99	97,69
BMG Seguridade	Brasil	Seguros	100	100
BMG Participações em Seguradoras LTDA.	Brasil	Holding	100	100
BMG Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	100	60
CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,99	99,99
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios			2025	2024
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados			100	100

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II	100	100
Bmg Middle Market Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios	100	100
Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	100	100
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes		100
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	2025	2024
Retail Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia	100	100
Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	100	100

Em setembro de 2024, a BMG Seguros S.A. deixou de fazer parte do consolidado (vide nota 4.10).

Transações, saldos e ganhos não realizados entre as instituições integrantes do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas.

Na rubrica “Receitas de juros e rendimentos similares”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de operações de crédito cedidas e o custo do financiamento na rubrica “Despesas de juros e encargos similares”.

Transações com participações de não controladoras

O Grupo trata as transações com participações de não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade que atua em atividades de negócios das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados sejam regularmente avaliados pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade e em relação ao qual estão disponíveis informações financeiras distintas.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A administração separa as suas informações em dois segmentos operacionais: Banco de Varejo e Banco de Atacado.

Estes segmentos operacionais são descritos a seguir:

- Banco de Varejo: o resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas físicas.
- Banco de Atacado: o resultado do segmento Banco de Atacado decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas jurídicas.

O resultado por segmento operacional encontra-se informado no quadro abaixo:

	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP	Ajustes IFRS	2025 Consolidado IFRS
Margem Financeira	2.715.418	154.213	2.869.631	(567.889)	2.301.741
Receita de prestação de serviços	105.651	92.871	198.522	(89.859)	108.663
Resultado de intermediação financeira	2.821.069	247.084	3.068.153	(657.748)	2.410.405
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.166.528)	(9.947)	(1.176.475)	35.343	(1.141.132)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	200.923	2.432	203.355	(34.175)	169.180
Resultado bruto financeiro	1.855.464	239.569	2.095.033	(656.580)	1.438.453
Despesas totais	(1.543.718)	(211.748)	(1.755.466)	605.278	(1.150.187)
Resultado de participação em coligadas	36.874		36.874	29.051	65.925
Resultado operacional	348.620	27.821	376.441	(22.251)	354.190
Resultado não operacional		2.059	2.059	26.449	28.507
Imposto de renda e contribuição social	13.098	57.650	70.748	(36.048)	34.700
Lucro líquido	361.718	87.530	449.248	(31.850)	417.397
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP	Ajustes IFRS	2024 Consolidado IFRS
Margem Financeira	2.679.345	80.613	2.759.958	(272.338)	2.487.620
Receita de prestação de serviços	126.704	78.958	205.662	(75.966)	129.696
Resultado de intermediação financeira	2.806.049	159.571	2.965.620	(348.304)	2.617.316
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.140.408)	(18.242)	(1.158.650)	(114.616)	(1.273.266)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	132.111	(4.503)	127.608		127.608
Resultado bruto financeiro	1.797.752	136.826	1.934.578	(462.920)	1.471.658
Despesas totais	(1.430.658)	(196.932)		280.701	280.701
Resultado de participação em coligadas	37.204	(2.406)	34.798	19.288	54.086
Resultado operacional	404.298	(62.512)	341.786	(162.931)	178.855
Resultado não operacional	85.704	(20.308)	65.396	4.558	69.954
Imposto de renda e contribuição social	(215.797)	193.183	(22.614)	60.988	38.374
Lucro líquido	274.205	110.363	384.568	(97.385)	287.183

(i) Resultado apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações financeiras intermediárias de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Banco, e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais".

2.5 Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, aplicações no mercado aberto de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Grupo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revenda

O Grupo dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas "Aplicações no mercado aberto" e "Operações compromissadas", respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em "Receitas de juros e rendimentos similares" e "Despesas de juros e encargos similares", respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no balanço patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

2.7 Ativos e passivos financeiros

2.7.1 Reconhecimento e mensuração

(a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Grupo aplica o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Custo Amortizado;
- (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- (iii) Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependerá do modelo de negócios nas quais são administrados e das características dos fluxos de caixa - SPPI Test (*Solely Payment of Principal and Interest Test*).

O modelo de negócios refere-se a como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam do reconhecimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos ou ambos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

A avaliação dos modelos de negócios considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os ativos mensurados ao custo amortizado são administrados para obtenção de fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test).

Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos Similares.

Em junho de 2022 o Banco reclassificou ativos financeiros da categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” para “custo amortizado”. Conforme disposto no parágrafo 5.6.5 do IFRS 9, como reflexo da reclassificação a perda acumulada anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes foi transferida do patrimônio líquido e ajustada contra o valor justo do ativo financeiro.

(ii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;
- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e
- Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

(iii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

- Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e
- Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com ativos e passivos financeiros.

O Grupo designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, estimam-se os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo por meio do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do resultado consolidada em “Despesas de juros e encargos similares”.

As obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros representam as obrigações de cessão de crédito com ou sem coobrigação. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

(b) Hedge

O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e optou na adoção do IFRS 9 em permanecer adotando os critérios do IAS 39, como permitido na adoção inicial.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil, todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior. O banco não possui *hedge* de investimento líquido em operações no exterior e *hedge* de valor justo.

Os valores justos dos vários instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

(i) Hedge de Valor Justo

Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e

b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

(ii) Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela efetiva das variações ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Ganho/perda líquido com ativos e passivos financeiros".

Os valores acumulados em outros resultados abrangentes são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afeta o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em outros resultados abrangentes, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os instrumentos financeiros derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no resultado abrangente acumulado e subsequentemente reclassificado para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece em Resultado Abrangente e é reconhecido no resultado, quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado em outros resultados abrangentes é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receita e Despesa de juros, rendimentos e encargos similares".

(c) Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isto não altera substancialmente seus termos e condições, o Grupo não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro. Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Grupo baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, consequentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito. O Grupo também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração do Resultado.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando todos os riscos e benefícios de propriedade são transferidos substancialmente e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os

riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Grupo. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

(f) Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

(g) Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como Ações e Cotas.

O Grupo mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração do Resultado quando o direito do Grupo é reconhecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração do Resultado.

2.8 Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no balanço patrimonial consolidado na rubrica Operações de crédito e arrendamento mercantil.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo Grupo são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Grupo e ocorre na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Receita de juros e rendimentos similares".

2.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros**Perda de Crédito Esperada**

O Grupo avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;

- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banco espera recuperar.

A metodologia de estimativa da perda esperada considera a utilização dos seguintes fatores:

- Exposição ao *Default* (EAD): é o valor exposto ao risco de crédito, utilizando-se como referência o saldo devedor dos contratos e possibilidade de utilização dos limites aprovados;
- Probabilidade de *Default* (PD): é definido como a probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações contratuais de pagamento, utilizando-se para estimativa dados históricos e informações cadastrais dos clientes e contratos;
- Perda por *Default* (LGD): é o percentual da exposição que não se espera recuperar em caso de inadimplência, utilizando-se para estimativa parâmetros históricos de níveis de atraso, garantias das operações e cobertura por seguro prestamista.

A cada período reportado, o Grupo avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinaciada ou operações incluídas em um acordo especial, e;

Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializaram em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Mudança de estágio

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo realizado pelo Grupo.

O Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. O modelo individual é aplicado quando existe relevância para a carteira e histórico adequado para uma modelagem estatística. Caso contrário, aplica-se a análise coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

2.10 Ativos não correntes disponíveis para venda

Em conformidade com o IFRS 5, nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado.

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento.

Estes bens quando recebidos por dação em pagamento são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment* por meio de laudo técnico. Adicionalmente, os investimentos que estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável, são classificados como mantidos para venda, e mensurados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo do ativo.

2.11 Intangível

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Outros ativos Intangíveis

Representados basicamente por licenças de software e outros ativos intangíveis. Aqueles considerados com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, enquanto os classificados com vida útil indefinida, ainda não disponíveis para uso, são testados quanto a *impairment* anualmente.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear como segue:

	Anos
Edificações	Entre 20 e 25
Sistema de segurança	Entre 18 e 20
Instalações	Entre 8 e 10
Móveis e equipamentos de uso	Entre 8 e 10
Sistema de comunicação	Entre 8 e 10
Veículos	Entre 3 e 5
Sistema de processamento de dados	Entre 3 e 5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

2.13 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de provisão para redução ao valor recuperável no final de cada período de balanço ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da provisão para redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido provisão para redução ao valor recuperável, exceto o ágio, são revisados para a análise de uma possível reversão da provisão para redução ao valor recuperável na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Essas ações judiciais são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para tributos correntes é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20/mês, para o imposto de renda, 20% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSLL” de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 de janeiro de 2022 a julho de 2022 e, 21% entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022 de acordo com a Lei nº 14.446/22.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alíquotas vigentes na data da sua constituição.

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

2.16 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal (Nota 22 (a)).

2.18 Reconhecimento da receita

Os critérios mais significativos utilizados pelo Grupo para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(a) Receitas com juros, despesas com juros, rendimentos e encargos similares

Receitas com juros, despesas com juros e similares são reconhecidas pelo método da taxa de juros efetiva. Para operações de crédito em que o pagamento de principal ou juros apresentar atraso igual ou superior de 60 dias ou mais, o reconhecimento da receita de juros deixará de ocorrer.

(b) Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, como parte da taxa efetiva de juros, utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando incorridas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços de forma linear.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

(c) Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

(d) Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

2.19 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do Grupo pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras intermediárias do Grupo ao final do exercício, ou quando declarados, com base no estatuto social do Grupo, calculadas com base no resultado apurado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil. Qualquer

valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando declarado na forma do estatuto social e/ou na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras que podem afetar as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
- Mudanças nas taxas de juros.
- Mudanças nos índices de inflação.
- Regulamentação governamental e questões fiscais.
- Processos ou disputas judiciais adversas.
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

(a) Mensuração da provisão para redução do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado”

Os ativos classificados nesta categoria são mensurados através do custo amortizado e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras intermediárias, o Grupo deve avaliar as perdas esperadas inerentes aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolvem critérios diversos de avaliação, tais como análise das características específicas de cada carteira de empréstimos e recebíveis as garantias existentes e risco das operações.

O Grupo utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme Nota 2.9. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda esperada observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para Grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

(b) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O Grupo revisa periodicamente suas causas judiciais que são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. Para as causas classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial na rubrica Provisões, conforme detalhado na Nota 19.

Os valores das provisões são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Grupo terá lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas quando for considerado provável que o Grupo terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

(d) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa do Grupo sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Estes fluxos estão sujeitos a condições de mercado e fatores incertos, como segue:

- Fluxos de caixa projetados para os períodos das previsões disponíveis e às premissas de longo prazo destes fluxos;
- Taxas de desconto, pois geralmente refletem variáveis financeiras e econômicas como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

As UGC ou grupos de UGC são identificados no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de administração interna. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável.

(e) Pagamentos Baseados em Ações

O Banco possuí um Plano de Remuneração específico para os Administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos do Banco. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à remuneração variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos do Consolidado, às metas individuais e de áreas de atuação dos Administradores.

em assembleia geral extraordinária realizada em 03 de abril de 2020, o Banco implantou um Plano de Incentivo de Longo Prazo, que tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo Bmg designados pelo Comitê de Remuneração e Pessoas do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração (em conjunto, "Colaboradores") recebam ações preferenciais de emissão do Banco como um incentivo de longo prazo que comporá suas respectivas remunerações variáveis.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada por uma diretoria específica do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O departamento de Risco do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não

derivativos e investimento de excedentes de caixa, princípios estes acompanhados pela revisão do Comitê de Análise de Ativos e Passivos (“ALCO”).

4.1 Risco de crédito e socioambiental

O Grupo está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico de atividade econômica que represente uma concentração na carteira mantida pelo Grupo podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito.

Exposições a este tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repasses por meio de agentes financeiros), e de outros instrumentos financeiros. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados pelo departamento de riscos.

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco Bmg, que segue o disposto na Resolução CMN nº 4.327/2014, estabelece diretrizes e consolida as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com clientes. A política estabelece segmentos de atuação impedidos, para os quais não liberamos crédito, e setores restritos, para os quais a análise de risco socioambiental é mais detalhada e rigorosa. Determina, também, práticas, que incluem o gerenciamento de riscos e análises de impactos socioambientais como finalidade do crédito e gestão de fornecedores, que é realizado através da análise das práticas socioambientais. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional.

4.1.1 Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela abaixo apresenta a exposição máxima ao risco de crédito, sem considerar garantias recebidas ou outras melhorias de crédito.

	2025	2024
Disponibilidades	438.583	155.772
Aplicações no mercado aberto	1.549.131	
Depósitos compulsórios Bacen	1.301.574	1.355.174
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	6.742.304	5.724.801
Valor Justo por meio do Resultado	3.903.292	782.269
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	73.576	302.282
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	28.170.464	31.381.530
Off-balance	5.473.325	5.902.807
Avals e fianças	225.165	166.970
Créditos a liberar	5.248.160	5.735.837
Total da exposição máxima ao risco de crédito	46.103.118	47.153.766

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise contempla apenas os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito, os ativos não financeiros não são considerados.

Conforme a tabela acima, a exposição mais significativa advém dos empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os limites de riscos de crédito são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites autorizados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Nota 4.1.4 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

4.1.2 Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Grupo administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas - particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário, e são aprovados pelas alçadas competentes que são definidas pelo Comitê de Crédito Corporativo. O cartão de crédito consignado é um produto massificado de grande volume e baixo *ticket* médio, fato este que reduz o risco de concentração de crédito.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

Uma das formas de mitigação de risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Grupo implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias para operações de crédito são:

- Alienação fiduciária;
- Penhor Mercantil;
- Hipotecas;
- Nota Promissória;
- Carta fiança.

A ferramenta interna de classificação auxilia o Grupo a determinar a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de acordo com o IFRS 9, com base nos critérios descritos na Nota 2.9.

4.1.3 Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade dos ativos financeiros do Grupo, que são avaliados individualmente, é feita de acordo com a classificação interna de risco e é demonstrada conforme segue:

	2025		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	Médio	Alto
Disponibilidades	438.583		
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.301.574		
Mensurados ao custo amortizado - Operações de crédito	21.108.347	1.021.910	1.504.471
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	6.742.304		
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	3.903.292		
Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	5.410.787		
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Instrumentos financeiros derivativos	73.576		
2024			
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	Médio	Alto
Disponibilidades	155.772		
Aplicações no mercado aberto	1.549.131		
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.355.174		
Mensurados ao custo amortizado - Operações de crédito	23.306.245	1.262.588	1.800.069
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	5.724.801		
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	782.269		
Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	6.415.522		
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Instrumentos financeiros derivativos	302.282		

4.1.4 Concentração de riscos

Os limites individuais de risco em operações de crédito são definidos em normativos operacionais específicos.

Esses limites são monitorados frequentemente e, em caso de desvio, haverá comunicação imediata ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco o qual deverá elaborar e gerir a execução do plano de ação para a correção e adequação.

O elevado volume de operações realizadas pela Instituição requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações e de controles internos.

4.2 Risco de Mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Grupo. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros e dos preços de mercadorias (*commodities*). As carteiras de investimento avaliadas ao valor justo por meio do resultado incluem todos os títulos e valores mobiliários pertencentes aos fundos de investimento, cuja movimentação em base diária é acompanhada.

Instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes correspondem, basicamente, a títulos e valores mobiliários. Essa carteira inclui risco de taxa de juros, índice de preços e câmbio. As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

Técnicas de mensuração do risco de mercado

Valor em Risco (“VaR”)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor “máximo” que o Grupo pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (1%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um “período de manutenção das posições” (10 dias). Além disto, pressupõe, também, que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias no passado. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de não negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Real e TJLP, variação de Índices de Preços denominadas em IPCA e IGP-M e variação do Câmbio. Estes limites são diariamente monitorados pela área de risco.

Teste de stress

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking* (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira *banking* consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais *hedges*. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como *banking*.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de *stress* proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de *stress* são realizados pela área de Risco.

Carteira de não negociação

2025			
Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(949)	(2.373)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(132.116)	(330.290)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda	(3.473)	(8.684)
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de	16.520	41.299
Total		(120.018)	(300.048)
			(600.093)

2024			
Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(377)	(942)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(95.360)	(238.400)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda	(17.266)	(43.165)
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de	18.683	46.708
Total		(94.320)	(235.799)
			(471.597)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira *Banking*. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Os fatores de riscos identificados:

- Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;

- Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;
- Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.
- IPCA/IGP-M: perda decorrente de variações nos índices de preços.

Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	aumento de 50%

- O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.
- O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.
- O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

4.3 Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, podem ser requeridas a proteger suas posições via operações de *swap*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Concentrações de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial

	2025	2024
Ativo		
Disponibilidade / Aplicações em moeda estrangeira (dólar)	363.699	59.513
Total de ativos financeiros	363.699	59.513
Passivo		
Empréstimo no exterior (dólar)	(1.391.901)	(1.306.878)
Total de passivos financeiros	(1.391.901)	(1.306.878)
Total de derivativos – Ativo (dólar)	5.063	281.357
Total de derivativos – Passivos (dólar)	(128.840)	(91.020)
Posição financeira líquida registrada no balanço patrimonial	(123.777)	190.337

4.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre, sobretudo, de captações via depósito a prazo, via interfinanceiros e via BNDES/FINAME. As captações emitidas em taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Já as captações emitidas em taxas fixas (sobretudo dívidas subordinadas e *short-term notes*) expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante os anos de 2025 e de 2024, os empréstimos do Grupo em taxas variáveis eram mantidos, em reais e dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, o

Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Baseado em diversos cenários, o Grupo administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *swap*, são menores que aquelas disponíveis se o Grupo tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas.

A tabela abaixo resume a exposição do Grupo ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	2025			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.301.574			1.301.574
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	29.838	36.225	7.514	73.577
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota	889.939	4.029.283	1.823.082	6.742.304
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	7.074.592	5.933.213	15.162.658	28.170.463
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)			3.903.292	3.903.292
Total de ativos financeiros	9.295.943	9.998.721	20.896.546	40.191.210
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	9.181.801	9.476.639	22.494.767	41.153.207
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	68.117	40.660	20.921	129.698
Total de passivos financeiros	9.249.918	9.517.299	22.515.688	41.282.905
	2024			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	1.549.131			1.549.131
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.355.174			1.355.174
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	153.636	113.680	34.966	302.282
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota	1.166.925	1.664.781	2.893.095	5.724.801
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	4.103.299	7.750.747	19.527.484	31.381.530
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)	19.516		762.753	782.269
Total de ativos financeiros	8.347.681	9.529.208	23.218.298	41.095.187
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	10.653.709	9.326.172	21.849.448	41.829.329
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	169.317	26.078	7.883	203.278
Total de passivos financeiros	10.823.026	9.352.250	21.857.331	42.032.607

Exposição financeira dos instrumentos financeiros derivativos

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fatores de risco				
Pré-Fixado	1.168.970	2.650.933	2.061.531	4.499.763
Moeda estrangeira	2.401.308	2.948.736	3.943.780	3.124.507
Outros	2.096.457	63.476	1.750.832	17.577
Total	5.666.735	5.663.145	7.756.143	7.641.847

4.5 Risco de Liquidez

Esse risco consiste na possibilidade do Grupo não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Processo de gestão do risco de liquidez

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente pela área de Risco através de um sistema interno. Há limites estabelecidos (colchão de liquidez) na política de Risco de liquidez do Grupo, acompanhadas pelo ALCO, e, caso esses sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê responsável. São elaborados relatórios como: fluxo de caixa, projeção de caixa para os próximos seis meses e caixa efetivo versus limites estabelecidos e disponibilizados a Tesouraria para a realização da tomada de decisão.

Abordagem de captação de recursos

A Tesouraria do Grupo tem como principal objetivo prover liquidez, para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio, através da captação de recursos a taxas competitivas e da diversificação de suas fontes de refinanciamento por contraparte, moeda, produto e prazo. Além disso, visa a mitigação dos riscos financeiros através da observância e monitoramento dos riscos inerentes ao negócio, tais como o risco de mercado e risco de liquidez.

Fluxos de caixa não descontado

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

	2025			
Fluxos de caixa não descontados	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias
Disponibilidade	438.583			
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	9.043.195	5.545.615	15.641.374	8.046.269
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	889.939	4.413.281	2.405.311	16.614
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado -TVM				3.903.292
Instrumentos financeiros derivativos	29.837	36.225	7.515	
Total a receber	10.401.554	9.995.121	18.054.200	11.966.175
Depósitos				
Depósito à vista	352.968			
Depósito a prazo	2.122.396	7.244.381	16.434.680	255.320
Depósitos interfinanceiros	15.847	49.826	31.605	
Instrumentos financeiros derivativos	68.117	40.660	20.921	
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	137.574	1.077.190	4.845.274	2.140.851
Obrigações por empréstimos e repasses	1.468.535	656.949	38.851	
Dívidas subordinadas	33.170		361.310	754.123
Total a pagar	4.198.607	9.069.006	21.732.641	3.150.294
Diferença a receber (a pagar)	6.202.947	926.115	(3.678.441)	8.815.881
				12.266.502

Fluxos de caixa não descontados	2024				
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	Total
Disponibilidade	155.772				155.772
Aplicações no mercado aberto	1.549.131				1.549.131
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	6.365.394	4.239.889	18.795.328	5.621.452	35.022.063
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	1.177.163	1.733.325	3.832.797		6.743.285
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado -TVM	19.516			762.753	782.269
Instrumentos financeiros derivativos	153.636	113.680	34.966		302.282
Total a receber	9.420.612	6.086.894	22.663.091	6.384.205	44.554.802
Depósitos					
Depósito à vista	376.664				376.664
Depósito a prazo	2.345.107	7.893.573	17.099.996	250.792	27.589.468
Obrigações por cessão	2.066	5.758	37.245		45.069
Depósitos interfinanceiros	23.101	93.672	40.999		157.772
Instrumentos financeiros derivativos	169.318	26.077	7.883		203.278
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	6.774	569.877	3.959.233	2.282.325	6.818.209
Obrigações por empréstimos e repasses	1.249.431	115.910	566.617		1.931.958
Dívidas subordinadas	15.983		284.681	771.729	1.072.393
Total a pagar	4.188.444	8.704.867	21.996.654	3.304.846	38.194.811
Diferença a receber (a pagar)	5.232.168	(2.617.973)	666.437	3.079.359	6.359.991

4.6 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O gerenciamento de capital do Grupo é baseado nas regras do Banco Central do Brasil (Bacen) em especial a Resolução CMN nº 4.557/17 e regulamentações complementares. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.

Adicionalmente, o patrimônio utilizado no cálculo do patrimônio de referência é o patrimônio calculado pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e não pelo IFRS.

O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido calculados para atender às regras do Banco Central do Brasil podem ser assim demonstrados:

	2025	2024	Basileia III
Patrimônio de referência nível I	2.799.661	2.850.311	
Capital Principal	2.683.111	2.739.466	
Patrimônio líquido (i)	3.796.663	4.267.690	
Ajustes Prudenciais – Res. 4.955/21 CMN	(1.113.552)	(1.528.224)	
Capital complementar (ii)	116.550	110.845	
Letras financeiras subordinadas	116.550	110.845	
Patrimônio de referência nível II (ii)	926.413	885.449	
Letras financeiras subordinadas	926.413	885.449	
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)	3.726.074	3.735.760	
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)	28.373.477	28.278.823	
Alocação de capital:			
Risco de crédito	25.085.764	25.748.488	
Risco de mercado	187.613	194.544	
Risco operacional	3.100.100	2.335.791	
Índice de basileia (a / b)	13,13%	13,21%	
Capital nível I	9,87%	10,08%	
Capital principal	9,46%	9,69%	
Capital complementar	0,41%	0,39%	
Capital nível II	3,26%	3,13%	
Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.876 do BACEN - Parcela "IRRBB"	434.895	412.940	
Índice de imobilização	28,13%	27,94%	
Folga de imobilização	814.986	824.293	

(i) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; e

(ii) Vide nota 17.

4.7 Estimativa do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024

Descrição	2025		
	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes –	6.742.304		6.742.304
Valor Justo por meio do Resultado		3.903.292	3.903.292
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos		73.576	73.576
Total	6.742.304	3.976.868	10.719.172
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos		129.698	129.698
Total		129.698	129.698
2024			
Descrição	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes –	5.724.801		5.724.801
Valor Justo por meio do Resultado		782.269	782.269
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos		302.282	302.282
Total	5.724.801	1.084.551	6.809.352
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos		203.278	203.278
Total		203.278	203.278

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, Grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

O Grupo não possui ativos financeiros classificados no Nível 3.

4.8 Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Grupo são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Grupo, exceto os passivos financeiros para negociação, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir é apresentada uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Grupo não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

					2025	2024
		Valor Contábil	Valor Justo	Nível 2	Saldo Total	Saldo Total
ATIVO						
Operações de crédito		21.785.953	15.047.204	15.047.204	15.047.204	23.326.964
PASSIVO						
Depósitos de clientes		23.462.030	24.153.229	24.153.229	24.153.229	27.141.879
Obrigações por empréstimos e repasses		2.164.335	2.164.336	2.164.336	2.164.336	1.931.958
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras		8.096.860	8.221.804	8.221.804	8.221.804	5.598.498
Dívidas subordinadas		1.148.603	1.148.603	1.148.603	1.148.603	1.062.211
Outros passivos financeiros		1.076.605	1.076.606	1.076.606	1.076.606	1.006.462
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros		14.778	14.778	14.778	14.778	23.851

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas pré-fixadas tiveram seus valores atualizados pelo valor justo. A definição da taxa de valor justo foi baseada na taxa média por produto utilizada em todas as operações realizadas em setembro de 2025.
- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas ou indexadores flutuantes ou pós-fixados, tais como CDI, IGP-M, IPCA, Dólar e INPC, foram consideradas já mensuradas a valor justo, uma vez que já estão atreladas a indexador que reflete as oscilações do mercado.
- Para se determinar os valores de valor justo, foi obtido o fluxo de caixa futuro de cada operação na taxa efetiva do contrato e trazido a valor presente pela taxa de mercado, conforme determinado anteriormente, que já inclui o risco de crédito da contraparte.

4.9 Garantias de operações de crédito

O Grupo utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente.

As operações de crédito que não são relativas a crédito consignado possuem as seguintes garantias conforme o produto:

Tipo de garantia	Tipo de produto				2025
	Carteira Comercial	Crédito Pessoal	Financiamento à Exportação	Depósito a Vista	Total
Alienação fiduciária	252.000		4.100		256.100
Cessão direitos creditórios	939.230		280.726	333.085	1.553.041
Penhor	8.055			480	8.535
Outros	4.092	1.833.288		701	1.838.081
TOTAL	1.203.377	1.833.288	284.826	334.266	3.655.757

Tipo de garantia	Tipo de produto				2024
	Carteira Comercial	Crédito Pessoal	Financiamento à Exportação	Debêntures	Total
Alienação fiduciária	154.668	510	72.275		227.453
Cessão direitos creditórios	284.116	332.124	527.840	1.249.076	2.393.156
Penhor	21.214	480			21.694
Hipoteca		23.796			23.796
Outros	4.542	702			5.244
TOTAL	464.540	357.612	600.115	1.249.076	2.671.343

Quando operações que possuem garantias reais entram em atraso, a política existente para a cobrança se compõe das seguintes etapas: cobrança amigável, tentativa de formalização do termo de entrega amigável, ajuizamento de ação de busca e apreensão da garantia, venda em leilão.

4.10 Combinação de negócios e alterações societárias

Em 12 de março de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US\$20.000 que correspondem a R\$99.554.

Em 15 de março de 2024 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$400.000.

Em 28 de maio de 2024, O Banco Bmg celebrou com o Banco Inter S.A. ("Inter") um "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", da totalidade da participação acionária detida pelo Banco, representativas de 50% do capital social da Granito Instituição de Pagamento S.A. ("Granito"). O preço total da Operação foi de R\$110.000, o qual será ajustado pela variação de 100% do CDI e será pago à vista na data do fechamento da Operação. A operação foi concluída em 24 de julho de 2024 (vide nota 28 (e)).

Em 20 de agosto de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US\$60.000 que correspondem a R\$325.422.

Em 05 de setembro de 2024, O Banco Bmg S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev"), seguradora pertencente ao grupo do Banco Daycoval S.A., por meio do qual as partes estabeleceram os termos e condições para a alienação, pela subsidiária do Banco, a Bmg Participações em Negócios Ltda., à Dayprev, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Bmg Seguros S.A (nota 28f). O preço da Operação é equivalente a 1,47 vezes o patrimônio líquido da Bmg Seguros na data de fechamento da Operação. Em setembro de 2024, a BMG Seguros S.A. deixou de fazer parte do consolidado, foi classificada como Investimentos mantidos para venda e avaliada a valor justo. Em janeiro de 2025, a operação de venda foi concluída, conforme Comunicado ao Mercado de 08 de janeiro de 2025.

Em 01 de novembro de 2024, O Banco Bmg S.A., em continuidade ao Fato Relevante e Comunicado ao Mercado publicados, respectivamente, em 06 de agosto de 2020 e 03 de novembro de 2020, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, conforme previsto no contrato de compra e venda de quotas da Bmg Corretora de Seguros S.A. ("Bmg Corretora"), após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e diante do cumprimento das condições estabelecidas nos instrumentos contratuais, a Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz") exerceu a opção de compra para aquisição adicional de 9% do capital social da Bmg Corretora. Com a Operação, o Banco, por meio da Bmg Seguridade S.A., passou a deter 51% do capital social da Bmg Corretora. O Banco esclarece que a Operação não resultará em qualquer alteração na estratégia ou governança da Bmg Corretora.

Em 04 de dezembro de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Participações em Negócios Ltda no valor de R\$12.000.

Em 30 de janeiro de 2025, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US\$20.000 que correspondem a R\$117.180.

Em 30 de janeiro de 2025, na Reunião Ordinária do Conselho de Administração, foi deliberado um aumento de capital de USD 40.000. A CIMA aprovou o aumento de Capital em 17 de março de 2025 o qual foi efetivado em 30/04/2025.

Em 25 de março de 2025, foi efetivada a redução de capital na CBFÁCIL Corretora de Seguros e Negócios Ltda de R\$180.000.

Em 30 de abril de 2025, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de USD 40.000, que correspondem a R\$226.432.

Em 29 de agosto de 2025, o Banco Bmg S.A., foi concluída a operação de compra, através de sua subsidiária Bmg Participações em Seguradoras Ltda. ("Bmg Participações em Seguradoras"), da totalidade da participação acionária detida pela Phoenix One Participações S.A., representativa de 40% do capital social da Bmg Seguradora S.A. ("Bmg Seguradora") ("Operação"). O preço total da Operação foi de R\$65,0 milhões, com apuração de Goodwill de R\$ 17 milhões, registrada contra Patrimônio Líquido. Com a conclusão da Operação, o Banco, por meio da Bmg Participações em Seguradoras, passou a deter 100% das ações de emissão da Bmg Seguradora, o que se espera refletir em maior valor para os acionistas e demais stakeholders do Banco.

Os Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 205.934 (2024 - R\$159.969) estão representados basicamente pelas seguintes empresas: BMG Corretora de Seguros R\$ 43.079 (2024 - R\$54.191), Araújo Fontes Consultoria R\$ 128.571 (2024 - R\$99.619).

5. Disponibilidades

	2025	2024
Disponibilidades	438.583	155.772
Aplicações no mercado aberto	133.371	133.371
Aplicações no Banco Central do Brasil	1.415.760	
Total	438.583	1.704.903

6. Ativos financeiros

Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades” e “Aplicações no mercado aberto”, em 30 de setembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024 está demonstrada abaixo:

	Outros Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	2025
	Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados	Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			1.383	1.383
Operações de crédito e arrendamento mercantil			23.634.727	23.634.727
Devedores diversos			951.566	951.566
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)			(1.848.774)	(1.848.774)
Depósitos compulsórios no Banco Central			1.301.574	1.301.574
Aplicação em depósito interfinanceiro			20.775	20.775
Titulos e Valores Mobiliários	3.903.292	6.742.304	5.410.787	16.056.383
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.351.050	751.926	579.523	2.682.499
Letras do Tesouro Nacional - LTN		110.296	40.184	150.480
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.354	551.301	764.022	1.320.677
Nota comercial		4.464.868	1.670.833	6.135.701
Cédula de Produto Rural			54.181	54.181
Debêntures	2.026.276	863.913	2.171.342	5.061.531
Certificado de recebíveis do agronegócio			15.176	15.176
Certificado de recebíveis imobiliários	211.070			211.070
Cotas de fundos de Investimento	273.213			273.213
Certificado de depósito bancário			115.526	115.526
Ações	36.329			36.329
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	73.576			73.576
Total	3.976.868	6.742.304	29.472.038	40.191.210
Circulante	66.063	4.919.222	14.309.379	19.294.664
Não circulante	3.910.805	1.823.082	15.162.659	20.896.546

	2024			
	Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			7.041	7.041
Operações de crédito e arrendamento mercantil		26.368.902	26.368.902	
Devedores diversos		805.838	805.838	
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)		(2.415.819)	(2.415.819)	
Depósitos compulsórios no Banco Central		1.355.174	1.355.174	
Aplicação em depósito interfinanceiro		200.046	200.046	
Títulos e Valores Mobiliários	782.269	5.672.401	6.415.522	12.870.192
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		2.503.770		2.503.770
Letras do Tesouro Nacional - LTN		615.994	126.621	742.615
Notas do Tesouro Nacional - NTN	204.455	2.462.895	3.924.772	6.592.122
Nota comercial			550.568	550.568
Debêntures		89.742	1.022.723	1.112.465
Certificado de recebíveis do agronegócio			17.392	17.392
Cotas de fundos de Investimento	558.298			558.298
Ações	19.516			19.516
Títulos no Exterior			773.446	773.446
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	302.282			302.282
Total	1.084.551	5.672.401	32.736.704	39.493.656
Circulante	286.832	2.831.706	13.209.220	16.327.758
Não circulante	797.719	2.893.095	19.527.484	23.218.298

7. Instrumentos financeiros derivativos

(a) Valor justos de derivativos de negociação registrados no ativo e no passivo

	2025		2024	
	Valor justo Ativo	(Passivo)	Valor justo Ativo	(Passivo)
Derivativo cambial	5.063	(128.840)	281.357	(91.020)
Derivativos de taxas de juros e índices	68.513	(858)	20.925	(112.258)
Total	73.576	(129.698)	302.282	(203.278)
Circulante	66.061	(108.777)	267.316	(195.395)
Não Circulante	7.515	(20.921)	34.966	(7.883)

As operações de instrumentos financeiros derivativos, cujo único objetivo é proteção contra riscos dos ativos financeiros, têm como lastro as próprias operações ativas.

(b) Valores de referência (nacional) e valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	2025		2024	
	Valor de Referência (nacional)	Valor justo líquido	Valor de Referência (nacional)	Valor justo líquido
Derivativo cambial	2.469.517	(123.777)	7.220.338	190.337
Derivativos de taxa de juros	413.768	7.235	2.031.356	(91.333)
Derivativos de índices	1.589.474	60.420	52.244	
Total	4.472.759	(56.122)	9.303.938	99.004

(c) A composição dos valores de referência (nocial) dos instrumentos financeiros derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	2025	2024
Até 30 dias	1.127.574	2.048.924
De 31 a 180 dias	1.939.871	6.010.369
De 181 a 360 dias	582.044	433.172
Acima de 360 dias	823.270	811.473
Total	4.472.759	9.303.938

Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros:

Futuros	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)	(1.083)	868.394	
Futuro de cupom de cambial (DDI)	(1.933)	1.695.286	
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI1)	(7.032)	17.680.506	
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)	(740)	658.057	
Posição – 30/09/2025	(10.788)	20.902.243	
Posição – 31/12/2024	62.828	(3.939)	10.795.614

d) Operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a hedge

(i) Hedge de Risco de Mercado

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger, da exposição à variação no risco de mercado, as captações de depósito a prazo pós-fixadas indexadas ao Dólar frente ao CDI.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial, o Banco negocia contratos de swap Dólar x DI. Em 05 de setembro de 2020 o Banco liquidou suas operações de captação indexadas à variação cambial objeto de hedge de Risco de Mercado, assim como os contratos de swap Dólar x DI designados como instrumento de hedge de Risco de Mercado. Em 30 de setembro de 2025 o Banco não possuía saldo em aberto de contratos de swap Dólar x DI designados como instrumentos de hedge de Risco de Mercado, assim como não possui saldo de captação indexado à variação cambial como objeto de hedge de Risco de Mercado.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco BMG utiliza contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Em 30 de setembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado no montante de R\$2.861 (2024 – positivo em R\$8.774).

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, o Banco utiliza contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Estes futuros possuem vencimentos mais curtos do que as Letras Financeiras Subordinadas, estando prevista a rolagem dos contratos para manter a eficácia da relação de hedge. Em 30 de setembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$51.890 (2024 – R\$90.534).

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado da Carteira de Crédito, o Banco Bmg passou a utilizar a partir de agosto de 2022 contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Em 30 de setembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$42.272 (2024 – R\$50.257).

(ii) Hedge de Fluxo de caixa

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI e IPCA), o Banco negocia contratos futuros de DI de 1 dia e DAP, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R\$11.641.024 (2024 – R\$2.013.163). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo registrado no patrimônio líquido de R\$44.289 (2024 – positivo R\$63.774), líquido dos efeitos tributários.

(d) Gestão de instrumentos financeiros derivativos

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros (diferenciais) registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis.

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*Swap*, *Opções*, *Termo* e contratos de futuro) com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes.

A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como “VaR” não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de “stress”, acompanhados pelo ALCO.

8. Ativos financeiros ao custo amortizado – operações de crédito e devedores diversos

	2025	2024
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	1.383	7.041
Relações com correspondentes	1.044	425
Relações de interdependências	339	6.616
Operações de crédito, líquidos	21.785.953	23.953.083
Devedores diversos	951.566	805.838
Valores a Repassar pelos órgãos públicos (i) - líquidos	444.971	361.100
Recebíveis de transações de pagamento	5.099	8.196
Valor a receber pela cessão de recebíveis	197.731	117.170
Outros	303.765	319.372
Total	22.738.902	24.765.962
Circulante	10.903.536	8.240.710
Não Circulante	11.835.366	16.525.252

(i) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

Operações de crédito
(a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da carteira de crédito nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2025	2024
Operações de crédito		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	23.634.727	26.368.902
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)	(1.848.774)	(2.415.819)
Operações de crédito, líquidos	21.785.953	23.953.083
Circulante	9.950.586	9.950.586
Não Circulante	11.835.367	11.835.367

(b) Valor contábil bruto (Carteira de Crédito)

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito segregadas por estágio:

	Saldo Inicial em 01/01/2025	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2025
Estágio 1			
CDC - Crédito Pessoal	21.322.750	(2.337.237)	18.985.513
Pessoas físicas	911	911	911
CDC - Veículos	8	8	8
Carteira Comercial	1.983.456	138.459	2.121.915
Total	23.306.206	(2.197.859)	21.108.347
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	1.246.874	(270.807)	976.067
Carteira Comercial	15.714	30.129	45.843
Total	1.262.588	(240.678)	1.021.910
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	1.527.431	(286.078)	1.241.353
Pessoas físicas	2.374	(1.528)	846
CDC - Veículos	207	(29)	178
Carteira Comercial	270.055	(7.962)	262.093
Total	1.800.067	(295.597)	1.504.470
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	24.097.055	(2.894.122)	21.202.933
Pessoas físicas	2.374	(617)	1.757
CDC – Veículos	207	(21)	186
Carteira Comercial	2.269.225	160.626	2.429.851
Total	26.368.861	(2.734.134)	23.634.727

	Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2024	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2024
CDC - Crédito Pessoal		19.870.711	1.452.078	21.322.789
Pessoas físicas		1.578	(1.578)	
CDC - Veículos		38	(38)	
Carteira Comercial		2.006.236	(22.780)	1.983.456
Total	21.878.563		1.427.682	23.306.245
Estágio 2				
CDC - Crédito Pessoal		1.050.486	196.388	1.246.874
Pessoas físicas		1.159	(1.159)	
CDC - Veículos		5	(5)	
Carteira Comercial		10.898	4.816	15.714
Total	1.062.548		200.040	1.262.588
Estágio 3				
CDC - Crédito Pessoal		848.584	678.847	1.527.431
Pessoas físicas		925	1.449	2.374
CDC - Veículos		27	180	207
Carteira Comercial		92.210	177.847	270.057
Total	941.746		858.323	1.800.069
Consolidado dos 3 estágios				
CDC - Crédito Pessoal		21.769.781	2.327.313	24.097.094
Pessoas físicas		3.662	(1.288)	2.374
CDC - Veículos		70	137	207
Carteira Comercial		2.109.344	159.883	2.269.227
Total	23.882.857		2.486.045	26.368.902

(c) Perda de crédito esperada

		Saldo Inicial em 01/01/2025	Constituição / (Reversão)	Saldo Final em 30/09/2025
Estágio 1				
CDC - Crédito Pessoal		525.526	(159.291)	366.235
Pessoas físicas			911	911
CDC - Veículos			8	8
Carteira Comercial		49.338	32.159	81.497
Total	574.864		(126.213)	448.651
Estágio 2				
CDC - Crédito Pessoal		449.054	(137.785)	311.269
Carteira Comercial		202	1.392	1.594
Total	449.256		(136.393)	312.863
Estágio 3				
CDC - Crédito Pessoal		1.235.366	(288.294)	947.072
Pessoas físicas		2.374	(1.528)	846
CDC - Veículos		207	(29)	178
Carteira Comercial		153.752	(14.588)	139.164
Total	1.391.699		(304.439)	1.087.260
Consolidado dos 3 estágios				
CDC - Crédito Pessoal		2.209.946	(585.370)	1.624.576
Pessoas físicas		2.374	(617)	1.757
CDC - Veículos		207	(21)	186
Carteira Comercial		203.292	18.963	222.255
Total	2.415.819		(567.045)	1.848.774

	Saldo Inicial em 01/01/2024	Constituição / (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2024
Estágio 1			
CDC - Crédito Pessoal	601.389	(75.867)	525.522
Pessoas físicas	70	(70)	
CDC - Veículos	2	(2)	
Carteira Comercial	15.213	34.124	49.337
Total	616.674	(41.815)	574.859
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	484.106	(35.052)	449.054
Pessoas físicas	330	(330)	
CDC - Veículos	1	(1)	
Carteira Comercial	707	(505)	202
Total	485.144	(35.888)	449.256
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	757.564	477.808	1.235.372
Pessoas físicas	608	1.766	2.374
CDC - Veículos	25	182	207
Carteira Comercial	16.177	137.574	153.751
Total	774.374	617.330	1.391.704
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	1.843.059	366.889	2.209.948
Pessoas físicas	1.008	1.366	2.374
CDC - Veículos	28	179	207
Carteira Comercial	32.097	171.193	203.290
Total	1.876.192	539.627	2.415.819

(d) Detalhes por setor de atividade

	2025	2024
Setor Privado		
Indústria	198.420	382.415
Comércio	172.436	116.799
Intermediários financeiros	311.802	146.705
Outros serviços	1.547.201	1.526.906
Pessoas físicas	21.404.868	24.196.077
Total	23.634.727	26.368.902

(e) Por prazo de vencimento

	2025			
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	1.131.737	4,8%	1.482.959	5,6%
Vencidos há menos de 14 dias	105.051	0,4%	45.880	0,2%
A vencer				
Até 30 dias	4.376.547	18,5%	2.214.425	8,4%
De 31 a 60 dias	949.703	4,0%	633.723	2,4%
De 61 a 90 dias	598.802	2,5%	451.998	1,7%
De 91 a 180 dias	1.405.804	5,9%	1.314.462	5,0%
De 181 a 360 dias	1.941.457	8,2%	1.965.343	7,5%
Acima de 360 dias	13.125.626	55,7%	18.260.112	69,2%
Total	23.634.727	100,0%	26.368.902	100,0%

BANCO BMG S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Movimentação da provisão para perdas por não recuperação (*impairment*)

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	2.415.819	1.876.192
Adição de provisão	1.141.132	777.556
Baixa de provisão	(1.708.177)	(488.416)
Saldo em 30 de setembro	1.848.774	2.165.332

9. Imobilizado

Os ativos tangíveis do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e não é parte de qualquer contrato de arrendamento financeiro nos períodos findos em 2025 e 2024.

Movimentação do ativo imobilizado:

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado.

	Terrenos e edificações	Sistema de processamento de dados	Instalações, móveis e equipamento de uso	Sistema de comunicação	Sistema de transporte	Total
Em 31/12/2024						
Custo	16.686	145.193	167.961	5.831	14.465	350.136
Depreciação acumulada	(12.975)	(128.709)	(130.750)	(3.644)	(10.691)	(286.769)
Saldo contábil, líquido	3.711	16.484	37.211	2.187	3.774	63.367
Em 30/09/2025						
Saldo inicial	3.711	16.484	37.211	2.187	3.774	63.367
Adições		601	11.449	30	1.135	13.215
Baixas		(305)	(1.175)	(4)	(256)	(1.740)
Depreciação		(5.401)	(5.270)	(263)	(904)	(11.838)
Custo	16.686	145.489	178.235	5.857	15.344	361.611
Depreciação acumulada	(12.975)	(134.110)	(136.020)	(3.907)	(11.595)	(298.607)
Saldo contábil, líquido	3.711	11.379	42.215	1.950	3.749	63.004

Não há compromisso contratual para compra de imobilizado, também não foi dado em garantia nenhum ativo imobilizado.

10. Intangível

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	1.636.603	1.538.062
Aquisição de ativos intangíveis	192.382	103.278
(Amortizações ativos Intangíveis)	(100.842)	(4.737)
Saldo em no final do período	1.728.143	1.636.603
Ágio na aquisição de controlada	1.077.907	1.081.437
Outros Intangíveis	650.236	555.166
Saldo contábil, líquido	1.728.143	1.636.603

Em 18 de agosto de 2011, com a aquisição do Banco BMG Consignado S.A., foi apurado um ágio no montante de R\$995.585, registrado em Ágio de aquisição de controladas. O Outros ativos intangíveis referem-se basicamente a ativações de sistemas de processamento de dados (softwares) gerados internamente.

O ágio apurado na aquisição do Banco BMG Consignado S.A. é alocado integralmente ao segmento de varejo.

Análise do valor recuperável:

Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 30/09/2025.

O valor recuperável dos ágios foi calculado com base do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de resultado, com base no orçamento de 5 anos, aprovado pela administração. Na previsão de resultados foram consideradas taxas de desconto sensibilizadas de 10% a 15% e perpetuidade sensibilizadas de 3% a 5%.

11. Outros ativos

	2025	2024
Prêmios de seguros a receber	27.080	14.607
Despesas antecipadas	447.045	383.274
Ativos de Direitos de Uso	57.825	60.427
Outros ativos	17.018	78.261
Total	548.968	536.569
Circulante	473.630	314.168
Não Circulante	75.338	222.401

12. Passivos financeiros
Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco, em 30/09/2025 e 31/12/2024 está demonstrada abaixo:

	2025		
	Passivos Financeiros	Passivos financeiros	Total
	Mensurados ao Valor Justo no Resultado	mensurados ao custo amortizado	
Depósitos de clientes (nota 15)	23.462.030	23.462.030	
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)	14.778	14.778	
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)	2.164.336	2.164.336	
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16a)	8.096.860	8.096.860	
Letras financeiras subordinadas (nota 17)	1.148.602	1.148.602	
Outros passivos financeiros (nota 18)	1.076.606	1.076.606	
Operações compromissadas (nota 16b)	5.189.996	5.189.996	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	129.698	129.698	
Total	129.698	41.153.208	41.282.906
Circulante	108.777	18.658.440	18.767.217
Não circulante	20.921	22.494.768	22.515.689

		2024	
	Passivos Financeiros	Passivos financeiros	Total
	Mensurados ao Valor Justo no Resultado	mensurados ao custo amortizado	
Depósitos de clientes (nota 15)		25.009.524	25.009.524
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)		23.851	23.851
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)		1.931.958	1.931.958
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16a)		5.855.399	5.855.399
Letras financeiras subordinadas (nota 17)		1.072.393	1.072.393
Outros passivos financeiros (nota 18)		1.005.054	1.005.054
Operações compromissadas (nota 16b)		6.931.150	6.931.150
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	203.278		203.278
Total	203.278	41.829.329	42.032.607
Circulante	195.395	19.979.882	20.175.277
Não circulante	7.883	21.849.447	21.857.330

13. Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros

	2025	2024
Obrigações por empréstimos (cessões com coobrigação)	14.778	23.851
Total	14.778	23.851
Circulante		534
Não Circulante	14.778	23.317

14. Obrigações por empréstimos e repasses

	2025	2024
Empréstimos no exterior	1.391.901	1.306.878
Compromissos a pagar – FGC (i)	552.531	607.995
Repasses País – Finame / Crédito Rural	219.904	17.085
Total	2.164.336	1.931.958
Circulante	2.125.485	1.365.341
Não Circulante	38.851	566.617
Prazos	2025	2024
Até 30 dias	134.666	8.469
De 31 a 60 dias	1.285	
De 61 a 90 dias	1.332.584	1.240.962
De 91 a 180 dias	59.316	
De 181 a 360 dias	597.634	115.910
Após 360 dias	38.851	566.617
Total	2.164.336	1.931.958

(i) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

15. Depósito de clientes

		2025	2024					
Depósitos à vista		352.968	376.664					
Prazos		Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros				97.278			157.772	
Depósito a prazo					23.011.784			24.475.088
Total					23.462.030			25.009.524
Circulante					8.819.842			10.465.349
Não Circulante					14.642.188			14.544.175
		2025	2024					
Prazos		Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósitos à vista		352.968						352.968
Depósitos interfinanceiros			2.219	13.627	48.129	1.697	31.606	97.278
Depósito a prazo		893.458	636.067	585.288	1.468.105	4.818.283	14.610.583	23.011.784
		2024	2024					
Prazos		Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósitos à vista		376.664						376.664
Depósitos interfinanceiros		4.115	4.789	14.197	93.672		40.999	157.772
Depósito a prazo		689.335	620.245	1.010.286	2.883.514	4.768.532	14.503.176	24.475.088

16. Obrigações por títulos e valores mobiliários, letras financeiras e compromissadas
a) Obrigações por títulos e valores mobiliários, letras financeiras

		2025	2024
Debêntures		5.135.547	4.090.386
Letras Financeiras (I)		2.955.633	1.764.492
Letras de Crédito Agronegócio		5.680	521
Total		8.096.860	5.855.399
Circulante		1.524.886	238.078
Não Circulante		6.571.974	5.617.321

- (i) Inclui a emissões de Letras Financeiras Públicas, no montante de R\$300.000 cada, conforme Comunicado ao Mercado. As Letras Financeiras foram captadas de forma pulverizada junto a investidores institucionais com o objetivo de fomentar a liquidez do Banco e criar referência de curva de juros no mercado institucional.

		2025	2024					
Prazos		Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Até 30 dias		136.368						21.447
De 31 a 60 dias			139.688					1.318
De 61 a 90 dias				56.713				8.169
De 91 a 180 dias					175.769			61.900
De 181 a 360 dias						1.016.348		145.244
Após 360 dias							6.571.974	5.617.321
Total							8.096.860	5.855.399

- (b) Operações compromissadas são compostas por R\$5.174.998 (2024 – R\$6.838.168) de títulos públicos e R\$14.998 (2024 – R\$92.982) de títulos privados.

17. Letras financeiras subordinadas

	Emissão	Vencimento	Taxa de juros (a.a)	2025	2024
No País (i)					
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	124% do CDI	9.978	8.831
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	122% do CDI	23.192	20.566
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	124% da SELIC	1.038	1.061
Letras financeiras subordinadas	4º trimestre/22	4º trimestre/29	CDI + 3,9 a 4,7%	291.086	261.848
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	2º trimestre/30	Pré + 14,2 a 14,5	13.147	13.973
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	3º trimestre/30	Pré + 13,7 a 14,2%	36.627	38.791
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/34	Pré + 17,82%	215.190	190.964
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/32	Pré + 17,82%	215.109	190.909
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/23	3º trimestre/33	CDI + 4,12%	207.272	214.352
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	2º trimestre/30	128% do CDI	4.981	5.184
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	3º trimestre/30	128% do CDI	14.432	15.069
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	IPCA + 6,51% a 6,58%	7.268	7.089
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	1.226	2.353
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	130% da Selic	105.622	100.133
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	2.434	1.270
Total				1.148.602	1.072.393
Circulante				33.170	29.397
Não Circulante				1.115.432	1.042.996

(i) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco. As Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, tem sua exposição à variação no risco de mercado protegidas por hedge (vide nota 7 (c) (ii)).

18. Outros passivos financeiros

	2025	2024
Obrigações sociais e estatutárias	175.470	110.454
Compromissos a pagar - Cartão	108.082	100.915
Cartão - Transações parceladas sem juros	287.466	313.773
Operações de arrendamento	57.825	60.423
Relações interfinanceiras	447.763	419.489
Total	1.076.606	1.005.054
Circulante	1.039.437	963.447
Não Circulante	37.169	41.607

19. Provisões

	Tributárias e previdenciárias (i)	Trabalhistas (ii)	Reclamações cíveis (iii)	Total
Saldo início do período - 2024	145.336	55.714	672.417	873.467
Constituição	137.625	133.960	480.550	752.135
(Reversão/Utilização)	(17.695)	(139.508)	(444.729)	(601.932)
Saldo no final do exercício - 2024	265.266	50.166	708.238	1.023.670
Constituição	67.133	24.651	329.240	421.024
(Reversão/Utilização)	(17.817)	(26.828)	(287.942)	(332.587)
Saldo no final do período - 2025	314.582	47.989	749.536	1.112.107

Em decorrência da finalização do julgamento dos embargos de declaração opostos nos Recursos Especiais nº 949.297 e 955.227, no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por não modular os efeitos da decisão de mérito, o risco da contingência da CSLL X Lei 7.689/88 X Coisa Julgada passou a ser classificado como perda provável, sendo provisionado o montante de R\$ 66.348.

	Tributárias e previdenciárias	Trabalhistas	Reclamações cíveis	Total
2025				
Provisões	314.582	47.989	749.536	1.112.107
Depósitos judiciais	(507.441)	(6.285)	(81.315)	(595.041)
2024				
Provisões	265.266	50.166	708.238	1.023.670
Depósitos judiciais	(468.366)	(7.138)	(79.914)	(555.418)

O Grupo é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 2.14. A Administração do Grupo entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O Grupo, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências conforme segue: a) Ativos contingentes - Não existem ativos contingentes contabilizados; b) Provisões – São classificados e demonstrados juntamente de seus depósitos judiciais, conforme segue:

(i) Provisão para riscos fiscais - As causas judiciais equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Os processos contingentes de ações fiscais avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$1.492.858 (2024 – R\$1.265.088), sendo que estas ações referem-se principalmente a processos judiciais de tributos federais.

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

Os principais questionamentos no Grupo são:

- a) IRPJ/IRRF/CSLL 2012, 2014 a 2019 – R\$432.930 (2024 – R\$449.057): questiona-se o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre despesas alegadamente indedutíveis;
- b) IR e CSLL 2011 - R\$111.517 (2024 - R\$84.783): questiona as exclusões de despesas nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social- Lei nº 9.430/96;
- c) IR e CS 2016 – R\$89.945: dedução fiscal de Perdas em Operações de créditos - Lei nº 9.430/96;
- d) PIS e COFINS – R\$336.911 (2024 - R\$ 311.380): perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: discute-se a dedução das perdas com créditos nos termos da Lei nº 9.718/98;

(ii) Provisões Trabalhistas – A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido, fase processual e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As causas judiciais têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência e outros.

Os processos contingentes de ações trabalhistas avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Não há causas classificadas com risco de perda possível em 30 de setembro de 2025, tais processos estão classificados com possibilidade de perda provável ou remota.

(iii) Provisões Cíveis - A provisão dos casos cíveis individualizados, processos com características peculiares, é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos cíveis são em geral decorrentes de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Os processos contingentes de ações cíveis avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$602.846 (2024 – R\$542.949), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças.

20. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) correntes e diferidos

O Grupo apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda (i)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (i)	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)(*)	20,00%

(i) Vide nota 2.15

(*) Para as empresas não financeiras a alíquota é de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras intermediárias.

Os valores de compensação são os seguintes:

	2025	2024
Ativo de imposto diferido		
A ser recuperado em até 12 meses	892.292	849.243
A ser recuperado depois de 12 meses	3.064.618	2.865.173
Total de ativo de imposto diferido (i)	3.956.910	3.714.416
Passivo de imposto diferido		
A ser liquidado depois de 12 meses	69.979	97.393
Total de passivo de imposto diferido	69.979	97.393
Ativo de imposto diferido líquido	3.886.931	3.617.023

(i) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Créditos tributários		
Sobre adições temporárias	3.848.677	3.484.595
Sobre prejuízos fiscais / base negativa	574.670	667.549
Contribuição social - MP 2.158/35	547	547
Ajuste valor de mercado no patrimônio	246.572	277.056
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de prática contábil entre BACEN GAAP e IFRS	(713.556)	(715.331)
Total de ativo de imposto diferido	3.956.910	3.714.416

Os créditos oriundos de diferenças temporárias ou prejuízos fiscais / bases negativas foram registrados pelo Grupo.

O Grupo adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas. Em 30 de setembro de 2025 esses saldos têm as seguintes características:

- Os créditos tributários relacionados a adições temporárias referem-se principalmente a contingenciamentos discutidos judicialmente cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

(a) A movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste a valor de mercado no patrimônio	Outros	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2025	547	3.484.595	667.549	277.056	(715.331)	3.714.416
Constituição		1.125.181	51.242	672.602	(69.166)	1.779.859
(Reversão/ Utilização)		(761.099)	(144.121)	(702.124)		(1.607.344)
Saldo em 30 de setembro de 2025	547	3.848.677	574.670	247.534	(784.497)	3.886.931
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste a valor de mercado no patrimônio	Outros	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2024	547	2.935.449	720.300	141.242	(507.244)	3.714.416
Constituição		686.114	70.809	31.571	(208.087)	580.407
(Reversão/ Utilização)		(136.968)	(123.560)	104.243		(156.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	547	3.484.595	667.549	277.056	(715.331)	3.714.416

Os efeitos decorrentes dos ajustes de prática contábil estão incluídos na coluna de “Outros”.

(b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Resultado antes da tributação sobre o lucro	382.697	248.809
Devidos sobre operações do período		
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(172.214)	(111.964)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado de participações em coligadas e entidades controladas	29.666	24.339
Juros sobre o capital próprio	52.463	66.150
Outras despesas indevidutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(153.563)	(146.536)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(243.647)	(168.011)
Referente a diferenças temporárias		
Constituição / Reversão	278.347	206.385
(Despesas) / Receitas de tributos diferidos	278.347	206.385
Total de imposto de renda e contribuição social	34.699	38.374

(c) Outros impostos e contribuições a recuperar

Referem-se substancialmente a crédito de COFINS no valor de R\$322.698 (2024 - R\$297.854) e recuperação de IR/CSLL referente a decisão do STF - Tema nº 962 - Não incidência de IRPJ e CSLL sobre valores atualizados pela taxa Selic decorrentes de ação judicial de repetição de indébito tributário no valor de R\$39.126 (2024 - R\$ 81.329).

21. Outros passivos

	2025	2024
Obrigações de Operações de Seguros	77.341	75.506
Provisão para pagamentos a efetuar	682.046	538.728
Credores diversos	215.720	13.293
Total - Circulante	975.107	627.527
Circulante	845.486	527.094
Não Circulante	129.621	100.433

22. Capital social e reservas
(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.742.572, representado por 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações, das quais 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil e cento e noventa e oito) ações ordinárias e 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e treze) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de setembro de 2025, aprovou-se a homologação da totalidade do aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração em reunião do dia 15 de julho de 2025, após concluir o processo de subscrição particular de 15.855.883 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 10.140.581 novas ações ordinárias e 5.715.302 novas ações preferenciais sem direito a voto, ao preço de R\$3,124 por ação, totalizando R\$ 49.534.

Em decorrência do aumento do capital social, homologado em 31/10/2025 pelo Banco Central do Brasil, o capital social do Banco passará a ser de R\$3.792.105, representado por 382.836.779 (trezentos e oitenta e dois milhões, oitocentas e trinta e seis mil, setecentas e setenta e nove) ações ordinárias e 216.251.515 (duzentos e dezesseis

milhões, duzentas e cinquenta e uma mil, quinhentas e quinze) ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

Em reunião realizada em 26 de junho de 2025, o Conselho de Administração do Banco, deliberou a aprovação de um novo programa de recompra de ações, que passou a vigorar a partir de 27 de junho de 2025, autorizando a aquisição de até 12.961.497 ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,00% (dez por cento) das ações em circulação, reduzido do número atual de ações em tesouraria, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos e demais beneficiários do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e na Resolução CVM nº 77/22.

As operações de aquisições do novo programa serão efetuadas em bolsa de valores, no período entre 27 de junho de 2025 à 21 de dezembro de 2026, a valor de mercado.

	Ações em tesouraria			
	Ações em tesouraria 31/12/2024	Aquisição de ações de emissão própria	Pagamento baseado em ações	Outras saídas
Quantidade	2.750.309	1.020.000	(2.617.981)	(280)
Quantidade de ações				
			2025	2024
Ordinária			372.696.198	372.696.198
Preferencial			210.536.213	210.536.213
Saldo			583.232.411	583.232.411
Quantidade de ações em circulação (i)				
	Ordinária	Preferencial	Total	
Em 31/12/2024	26.868.119	130.704.109	157.572.228	
Variação em ações em tesouraria			1.598.261	1.598.261
Variação das ações detidas por controladores e administradores			(19.866)	(929.727)
Em 30/09/2025	26.848.253	131.372.643	158.220.896	

- (i) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 67, da Resolução CVM 80/22, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

(b) Outros Resultados Abrangentes

Em setembro de 2025 foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor negativo de R\$37.258 (30/09/2024 – positivo em R\$142.777), referentes a marcação a mercado de Instrumentos financeiros e a baixa da aquisição da BMG Seguros (nota 28e) de R\$(27.863) e apuração do ágio (efeito negativo) da compra de ações da BMG seguridade S.A. de R\$ 17.848. O saldo em 30/09/2025 é positivo em R\$301.366 (31/12/2024 – positivo em R\$338.624) e refere-se principalmente à marcação a mercado de Instrumentos Financeiros Classificados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e do Hedge de Fluxo de Caixa.

(c) Reservas de lucros

	2025	2024
Reserva de Lucros		
Legal	13.687	169.826
Incentivos fiscais	(57.965)	5.894
Estatutária	964.225	547.409
Total	919.947	723.129
Prejuízos Acumulados	(430.852)	(452.494)
Efeito Líquido	489.095	270.635

As movimentações ocorridas nas reservas de lucros referem-se à constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido do exercício e, do restante não distribuído para reserva estatutária, conforme descrito abaixo.

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Incentivos fiscais: Oriundas dos valores das opções por incentivos fiscais de imposto de renda.

(d) Juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os Juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, facilita às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Conforme fato relevante divulgado em 27 de março de 2025, os Juros sobre o Capital Próprio referentes ao primeiro trimestre de 2025 totalizaram o montante R\$58.310, equivalente a R\$0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$0,085 por ação. O pagamento aos acionistas foi efetuado em 15 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de julho de 2025, aprovou-se a distribuição de juros sobre o capital próprio (“JCP”) nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta data e o aumento do capital social dentro do limite autorizado da Companhia, mediante subscrição particular de novas ações escriturais, sem valor nominal, ordinárias e preferenciais (“Aumento de Capital”).

Foi aprovado nesta data o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio referente ao 2º trimestre de 2025, no valor bruto total de até R\$ 58,3 milhões, equivalente a R\$0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$0,085 por ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 21 de agosto de 2025.

(e) Lucros ou prejuízos acumulados

Os ajustes referentes às diferenças entre as práticas contábeis BRGAAP e IFRS que tiveram impacto no balanço patrimonial, tiveram suas contrapartidas nesta rubrica. Adicionalmente, transitam nesta rubrica os lucros dos referidos exercícios.

23. Lucro por ação
(a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o trimestre. O lucro

diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas. Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

	3º trimestre 2025	Acumulado 2025	3º trimestre 2024	Acumulado 2024
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	152.799	410.031	60.804	266.914
Quantidade média ponderada de ações emitidas	582.292.611	582.292.611	582.945.038	582.945.038
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,262	0,7042	0,1044	0,4579

24. Resultado

(a) Receitas e despesas de juros, rendimentos e encargos similares

	3º Trimestre 2025	Acumulado 2025	3º Trimestre 2024	Acumulado 2024
Receita de juros e rendimentos similares	2.028.140	6.628.860	1.967.306	6.201.683
Juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil	1.736.773	5.426.756	1.667.617	5.058.109
Juros sobre outros empréstimos recebíveis	53.282	301.862	58.007	175.531
Juros de outros ativos financeiros, exceto swap	238.085	900.242	241.682	968.043
Despesa de juros e encargos similares	(1.425.254)	(4.715.936)	(1.302.985)	(3.202.714)
Captação no mercado	(582.873)	(2.215.261)	(529.631)	(770.008)
Empréstimos e repasses	(48.750)	(123.052)	(17.421)	(59.491)
Depósitos a prazo	(793.631)	(2.377.623)	(755.933)	(2.373.215)
Total	602.886	1.912.924	664.321	2.998.969

(b) Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros

	3º Trimestre 2025	Acumulado 2025	3º Trimestre 2024	Acumulado 2024
Resultado de ajuste de Swap/Termo/Opções	(24.159)	(116.067)	9.434	490.942
Resultado de operações com futuro	127.767	497.974	161.430	(823.094)
Marcação a mercado de outros ativos financeiros, exceto swap	(28.666)	186.503	(65)	(25.839)
Total	74.942	568.410	170.799	(357.991)

(c) Despesas gerais e administrativas

	3º Trimestre 2025	Acumulado 2025	3º Trimestre 2024	Acumulado 2024
Salários e encargos sociais	(94.899)	(269.455)	(89.459)	(273.621)
Benefícios	(50.071)	(146.255)	(61.031)	(144.919)
Treinamento	(1.251)	(2.928)	(461)	(1.815)
Depreciação e amortização	(43.160)	(128.054)	(36.332)	(114.935)
Marketing	(11.040)	(38.288)	(14.727)	(45.901)
Promoções e relações públicas	(1.816)	(15.314)	(3.271)	(8.428)
Comunicações	(6.526)	(21.958)	(8.004)	(23.659)
Processamento de dados	(66.535)	(196.625)	(52.030)	(151.891)
Seguros	(2.981)	(8.583)	(3.093)	(8.714)
Serviços de terceiros	(33.653)	(99.682)	(32.235)	(99.109)
Serviços técnicos especializados	(85.974)	(234.245)	(77.969)	(227.644)
Materiais diversos	(719)	(2.676)	(834)	(2.023)
Taxas e emolumentos bancários	(9.549)	(28.064)	(6.025)	(20.796)
Transportes	(802)	(2.363)	(961)	(2.548)
Viagens	(6.411)	(19.102)	(6.780)	(16.512)
Despesa com operações de arrendamento	(8.883)	(14.914)	(8.433)	(25.728)
Outras despesas administrativas	(36.016)	(87.969)	(37.384)	(103.029)
Total	(460.286)	(1.316.475)	(439.029)	(1.271.272)

(d) Despesas tributárias

	3º Trimestre 2025	Acumulado 2025	3º Trimestre 2024	Acumulado 2024
PIS	(7.290)	(22.197)	(5.120)	(15.974)
COFINS	(44.132)	(122.252)	(30.794)	(96.303)
Outros	(11.689)	(35.144)	(12.088)	(41.081)
Total	(63.111)	(179.593)	(48.002)	(153.358)

(e) Outras receitas e despesas operacionais

	3º Trimestre 2025	Acumulado 2025	3º Trimestre 2024	Acumulado 2024
Outras receitas operacionais				
Recuperação de encargos e despesas	2.654	4.529	5.604	19.509
Variação monetária (liquida)	7.067	28.367	12.322	35.751
Receita com operações de seguro	87.958	263.575	204.659	421.895
Atualização de impostos a compensar	1.131	3.857	1.096	2.862
Receitas com franquias	2.442	6.985	1.968	7.252
Juros sobre direitos creditórios	237.885	546.546	106.744	266.851
Outras	43.906	41.240	3.368	8.580
Total	383.043	895.099	335.761	762.700
Outras despesas operacionais				
Despesas de cobranças	(57)	(233)	(118)	(377)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(34.966)	(103.746)	(31.665)	(94.924)
Despesas de provisões operacionais (i)	(87.535)	(351.649)	(137.919)	(392.019)
Outras	(124.808)	(273.183)	(193.031)	(350.997)
Total	(247.366)	(728.811)	(362.733)	(838.317)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	135.677	166.288	(26.972)	(75.617)

(i) Na rubrica “Despesa de provisões operacionais” está registrada, basicamente, despesas de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

BANCO BMG S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
CONSOLIDADAS**

EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Receitas de prestação de serviços

No período findo em 2025, o saldo referente a receitas de prestação de serviços foi de R\$ 108.663 (2024 – R\$129.696). Esse saldo refere-se basicamente a rendas de tarifas bancárias de R\$ 59.441 (2024 – R\$51.524) e receita com intercâmbio de cartões R\$ 45.722 (2024 – R\$46.380).

26. Dividendo mínimo obrigatório

Os dividendos pagos e os dividendos propostos em 30 de setembro de 2025 e 2024 foram calculados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as demonstrações individuais do Banco conforme demonstradas a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido BRGAAP	388.389	80.272
Constituição da reserva legal (5%)	(19.419)	(4.014)
Base de cálculo dos dividendos	368.970	76.258
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	92.243	19.065

Assim, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, ao final de cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

27. Transações com partes relacionadas

(a) As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
	2025	2025	2024	2024
Partes Relacionadas				
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros				
BMG Bank (Cayman) Ltd.	1.385.253	31.780	3.224.959	176.894
Operações de crédito				
Pessoal chave da Administração	5.620		4.863	
Outras partes relacionadas – Pessoas Jurídicas	202.851	8.178	160.332	4.166
Títulos e valores mobiliários				
Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros Cartoes Consignados II	3.220.192	94.794	1.672.793	144.764
Rendas a Receber				
Banco Bmg Soluções Financeiras S.A.	42.496		32.397	
Banco BMG Consignado S.A.	98.428		79.713	
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	73.863		61.975	
Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	1.929		1.292	
Araujo Fontes Participações Ltda.	5.894		20.744	
Outros Créditos				
Banco BMG Consignado S.A.	254		2.882	
Bmg Corretora de Seguros Ltda.	1.913		506	
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	10		74	
Rarolabs Raro Recrutamento Em Ti Ltda.	384		402	
Depósitos à vista				
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	(242)		(995)	
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(4.171)		(3.951)	
Help Franchising	(836)		(955)	
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(2.433)		(1.532)	
ME Promotora de Vendas Ltda.	(281)		(738)	
Bmg Corretora de Seguros Ltda.	(1.243)		(1.689)	
Bmg Seguridade	(521)		(1.105)	
Bmg Participações em Seguradora Ltda.	(110)		(61)	
Rarolabs Raro Recrutamento Em Ti Ltda.	(2.473)		(2.111)	
Granito Soluções em Pagamentos S.A.			(12.492)	
Bmg Seguradora S.A.	(880)		(3.965)	
Demais partes relacionadas	(63)		(1.015)	

	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
	2025	2025	2024	2024
Partes Relacionadas				
Depósitos interfinanceiros				
Banco BMG Consignado S.A.	(591.474)	(22.915)	(832.857)	(33.854)
Banco Bmg Soluções Financeiras S.A.	(314.350)	(11.962)	(273.137)	(41.074)
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	(437.638)	(16.663)	(380.040)	(63.502)
Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	(10.612)	(416)		(737)
Depósitos a prazo				
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.			(58)	221
Rarolabs Raro Recrutamento Em TI Ltda.	(5.075)	(503)	(5.962)	508
Bmg Seguridade	(59.697)	(1.707)	(20.371)	(847)
Bmg Participações em Seguradora Ltda.	(6.407)	(1.910)	(15.173)	(561)
Help Franchising	(44.040)	(1.590)	(32.436)	(2.150)
ME Promotora de Vendas Ltda.	(21.029)	(766)	(17.877)	(1.470)
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(47.638)	(3.910)	(206.057)	(24.243)
BMG Soluções Eletrônicas S.A	(571)	(22)	(538)	(42)
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(103.183)	(3.678)	(2.591)	(263)
Bmg Corretora de Seguros Ltda.	(31.723)	(1.744)	(58.955)	(3.796)
Outras obrigações				
Banco Bmg Soluções Financeiras S.A.	(244)		(15)	
Banco BMG Consignado S.A.	(72)		(191)	
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários			(9.544)	
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	(52)		(15)	
O2Obots Inteligencia Artificial Sa			(558)	
Rarolabs Raro Recrutamento Em TI Ltda.	(898)		(132)	

(b) Benefícios de curto prazo a administradores

	2025	2024
Remuneração	63.123	46.407
Contribuição INSS	14.198	10.442
Total	77.321	56.849

(c) Pagamento baseado em ações

Com objetivo de estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo e alinhamento entre interesses de colaboradores, diretores e acionistas do Grupo Bmg possibilitando a Companhia atrair e reter talentos, maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável, foi implantado em 2020 um Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, cuja supervisão, planejamento e controle compete ao Conselho de Administração.

Este programa permite que diretores e demais colaboradores elegíveis recebam ações preferenciais de emissão da Companhia "BMGB4", como um incentivo de longo prazo compondo suas respectivas remunerações variáveis ("Performance Shares Units" ou "PSU"), observadas, quando aplicáveis, as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10, o Pronunciamento Técnico CPC 10/IFRS 2 "Pagamento Baseado em Ações" e a Política de Remuneração de Administradores da Companhia.

A quantidade de ações a ser outorgadas no âmbito do presente plano não ultrapassará 10% das ações em circulação e serão avaliadas de acordo com a média ponderada do preço de fechamento da ação nos 20 pregões imediatamente anteriores à data da apuração do PSU.

Alinhado ao Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, o Banco pagou no período findo em 30 de setembro de 2025 o montante de R\$ 7.012 (2024 R\$21.086) a diretores e demais colaboradores elegíveis, líquido dos efeitos tributários.

(d) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.693, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante ao atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco Bmg estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido à disposição do Banco Central do Brasil.

(e) Participação acionária

Os membros do conselho de administração e da diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no Bmg:

		2025		2024
	Ações Ordinárias e Preferenciais	Quantidade	%	Quantidade
Conselho de Administração	151.757.901	26,0%	151.486.762	26,0%
Diretoria	1.567.344	0,3%	908.756	0,2%
Outros	429.907.166	73,7%	430.836.793	73,8%
Total	583.232.411	100,0%	583.232.311	100,0%

28. Outras informações**(a) Compromissos e Garantias**

Os avais e fianças prestadas pelo Grupo a clientes montam R\$ 223.259 (2024 – R\$166.970) e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários.

(b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Com objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Conglomerado Bmg, ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

(c) Fatos relevantes

Em relação aos Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, referentes as operações “Macchiato”, e “Descarte”, em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, bem como a autuação da Receita Federal em relação à glosa de pagamentos realizados a determinados fornecedores, o Banco informa que não há atualizações e que não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à Investigação, nenhuma irregularidade que corrobore a ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional.

(d) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

As demonstrações financeiras intermediárias individuais do Banco Bmg S.A. são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) diferentemente das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standard Board” (“IASB”). Em atendimento a Resolução CMN nº 4.818/20, destacamos que a principal diferença entre o Lucro Líquido Individual e Consolidado decorre da adoção do modelo de cálculo de perda incorrida (Individual) para perda esperada (Consolidado). Com relação ao Patrimônio Líquido informamos que as principais

diferenças entre o Patrimônio Líquido Individual e Consolidado decorrem, adicionalmente à diferença do modelo de cálculo de perda, pela reversão das amortizações dos ágios realizados nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e pela alteração no modelo de classificação e mensuração dos ativos financeiros.

Considerando a adoção da Resolução CMN 4.966/21 e normativos complementares nas demonstrações financeiras individuais das instituições financeiras do BMG, destacamos que, a partir de 01/01/2025, a diferença no cálculo da perda esperada dos ativos financeiros foi reduzida substancialmente em relação aquele adotado para fins das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em IFRS. Desta forma, a principal diferença entre o Lucro Líquido e Patrimônio Líquido decorre, basicamente, pela reversão das amortizações dos ágios realizados nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e pela alteração no modelo de classificação e mensuração dos ativos financeiros.

(e) Resultado não operacional

Em 29 de novembro de 2019 a BMG Participações em Negócios Ltda., sociedade controlada pelo Banco, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Assicurazioni Generali S.p.A. ("Generali"), por meio do qual alienou à Generali 30% do capital social de sua investida BMG Seguros S.A. pelo valor de R\$54.000, tendo gerado um ganho de R\$26.448 ajustado no patrimônio líquido em "outros resultados abrangentes". O montante refere-se ao desreconhecimento do ganho citado acima nos outros resultados abrangentes e reconhecimento no resultado devido a finalização da venda da referida empresa.

(f) Termo de Compromisso com o INSS

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 31 de outubro de 2025, o Banco Bmg S.A., em atendimento ao disposto na Resolução da CVM nº 44/21, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, visando a continuidade das operações de crédito consignado com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), firmou Termo de Compromisso com o INSS. Esse Termo reforça o compromisso do Banco com a transparência, governança e aprimoramento contínuo da experiência do cliente, contemplando medidas voltadas à maior segurança e clareza nas contratações. Entre elas, destaca-se a ampliação do uso de formalização por videochamada – prática adotada pelo Banco nas operações de cartão consignado, e que agora passa a ser estendida a todas as operações de crédito consignado do INSS. As iniciativas refletem o propósito do Banco de fortalecer a relação institucional com o INSS, promovendo uma jornada de crédito ética, responsável e centrada no cliente, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

(g) Evento subsequente

O Banco Bmg S.A. ("Banco"), em atendimento ao disposto na Resolução da CVM nº 44/21, conforme alterada, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada em 04 de novembro de 2025, que aprovou a declaração e o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") referente ao 3º trimestre de 2025, no valor bruto total de até R\$ 59,7 milhões, equivalente a R\$ 0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco ("Ações"), com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,085 por Ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos.

O pagamento aos acionistas será efetuado no dia 25 de novembro de 2025, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada no dia 11 de novembro de 2025. Dessa forma, a partir de 12 de novembro de 2025, inclusive, as Ações do Banco passaram a ser negociadas "ex-direito".

ANEXO I - Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado a seguir não é exigida pelas normas em IFRS, mas estão sendo apresentadas como informações complementares, conforme requerido pela legislação societária brasileira para

as companhias abertas, e foi derivado das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco e preparada de acordo com as normas em IFRS.

	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
1 – Receitas	7.264.112	5.680.315
Intermediação financeira	7.197.270	5.843.692
Prestação de serviços	108.663	129.696
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1.141.132)	(1.273.266)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	169.180	127.608
Outras receitas operacionais	895.099	762.700
Não operacionais	35.032	89.885
2 – Despesas	5.451.272	4.060.962
Despesas da intermediação financeira	4.715.936	3.202.714
Outras despesas operacionais	728.811	838.317
Não operacionais	6.525	19.931
3 – Insumos adquiridos de terceiros	754.869	710.254
Materiais, energia e outros	118.330	130.278
Serviços de terceiros	99.682	99.109
Outros	536.857	480.867
Comunicação	21.958	23.659
Propaganda, promoções e publicidade	53.602	54.329
Processamento de dados	196.625	151.891
Serviços técnicos especializados	234.245	227.644
Taxas e emolumentos bancários	28.064	20.796
Transporte	2.363	2.548
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3)	1.057.971	909.099
5 – Depreciação e amortização	128.054	114.935
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	929.917	794.164
7 – Valor adicionado recebido em transferência	65.926	54.086
Resultado de equivalência patrimonial	65.926	54.086
8 – Valor adicionado a distribuir (6 + 7)	995.843	848.250
9 – Distribuição do valor adicionado	995.843	848.250
9.1 Pessoal	353.392	369.307
Remuneração direta	185.683	205.724
Benefícios	149.183	146.734
FGTS	18.526	16.849
9.2 Impostos, contribuições e taxas	210.139	166.032
Federais	197.641	155.130
Estaduais	449	570
Municipais	12.049	10.332
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	14.914	25.728
Operações de arrendamento	14.914	25.728
9.4 Remuneração de capitais próprios	417.398	287.183
Juros sobre o Capital Próprio	189.081	147.000
Lucros retidos do período	220.950	119.914
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	7.367	20.269



BANCO BMG S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
CONSOLIDADAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

* * *

Carlos Andre Hermesindo da Silva
(Diretor de Controladoria e Finanças)

Marco Antonio Antunes
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Emerson Jezuino Teodoro Silvestre
CRC - 1SP183479/O-1
(Contador Responsável)



BANCO BMG S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

CONSOLIDADAS

EM 30 SETEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os Diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025.

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025 divulgadas nesta data, bem como que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e no parecer do Conselho Fiscal referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025.

São Paulo, 13 de novembro de 2025.

Diretores

Carlos Andre Hermesindo da Silva

Flávio Pentagna Guimarães Neto